

em **Ambientes Movimento**

Revista da ASAM, Departamento de Ciências Naturais e Sociais- UFSC
Centro de Ciências Rurais, com parceria PPGEAN



número 2, volume 3 - dezembro 2023

ISSN
2764-3034

Equipe Editorial

Editores Gerentes

Dr. Daniel Granada, UFSC, Brasil
Dra. Zilma Isabel Peixer, UFSC, Brasil

Editores/Editores de Seção

Dr. Alexandre de Oliveira Tavela, UFSC, BR.
Dr. Cleber José Bosetti, UFSC, BR
Dr. Daniel Granada, UFSC, BR
Dr. Estevan Felipe Pizarro Muñoz, UFSC, BR
Dra. Glória Regina Botelho, UFSC, BR
Dr. Joni Stolberg, UFSC, BR
Dra. Monica A. Aguiar Santos, UFSC, BR
Dr. Paulo Cesar Fermينو Junior, UFSC, BR
Dr. Tancredo Souza, UFSC, BR
Dra. Zilma Isabel Peixer, UFSC, BR

Conselho Editorial

Dra. Monica Aceti, Université de Genève
Dra. Claudete Rempel, Uni. Vale do Taquari - Univates
Dr. Hermenegildo Cohene, Uni. Nac.I de Itapúa, Paraguai
Dr. Eduardo do Nascimento, IFSC Caçador; EBTT, BR
Dra. Iracema Munarim, Pref. Mun. de Florianópolis, BR
Dra. Márcia Sgarbieiro, UEL Uni. Est. de Londrina, BR
Dra. Priscila Pavan Detoni, UFFS, BR

Fotos

imagens públicas

Revista da ASAM - Grupo de Pesquisa em Análise Socioambiental no Planalto Catarinense. Departamento de Ciências Naturais e Sociais. Centro de Ciências Rurais. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Campus de Curitibanos.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Rodovia Ulysses Gaboardi, 3000, Curitibanos - SC, 89520-000

Contato: ram.cbs@contato.ufsc.br

Ambientes em Movimento: Revista da ASAM [recurso eletrônico]. – v.03, n.02 (2023-). – Curitibanos, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, Revista da ASAM, Departamento de Ciências Naturais e Sociais da UFSC, Centro de Ciências Rurais, 2023-

Publicação online semestral (dezembro 2023)

Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/am/issue/view/321>

Revista da ASAM em parceria com o PPGEAN

Fotografias color. e em preto e branco

Resumos em inglês

Títulos, resumos e textos em português

1. Meio ambiente e Saúde. 2. Ciências naturais. 3. Ecossistemas.
4. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Naturais. Centro de Ciências Rurais I. Título.

CDU 504.03: 614

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Cristhiane Martins Lima Kreuzsch – CRB 14/1728

Biblioteca Setorial do Campus de Curitibanos -BSCUR

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

SUMÁRIO

Apresentação.....	4
Alicerces da república, arquiteturas da educação: o grupo escolar da primeira república em Lages/SC....	7
1. Introdução.....	8
2. Novas arquiteturas para uma nova educação.....	8
3. A arquitetura dos Grupos Escolares em Santa Catarina.....	17
4. Considerações finais.....	22
Referências.....	23
Algumas categorias úteis para pensar a territorialidade da serra catarinense.....	42
1. Categorias úteis de análise.....	43
2. A construção do território da Serra Catarinense.....	47
3. Terra de coronéis, Princesa da Serra, cidades de espoliados e a territorialidade que queremos!.....	54
Referências.....	55
“Quem ama nunca morre, apenas partem antes de nós”.....	57

APRESENTAÇÃO

Ano que se finda, 2023!

As marcações temporais, invenções humanas que organizam e medem espaços, sopros, temporalidades, nos fazem lembrar que a vida humana singular é um breve luzir no ecossistema do universo. Vidas cíclicas, vidas lineares, vidas que se iniciam e que se findam. Um ano de recomeços, de reconstrução de espaços democráticos, de conhecer e sempre lembrar da história, seja ela recente ou não, que nos permite construir o que somos e as preparações e projeções para o futuro.

Esse número da Revista *Ambientes em Movimento* foi organizado revisitando as memórias. Memórias coletivas de espaços educacionais, memórias de pessoas que têm em comum as reflexões sobre educação e o fazer humano no processo de emancipação e autonomia. Educação como ponto de inflexão nas configurações da modernidade.

O artigo "Alicerces da república, arquiteturas da educação: o grupo escolar da primeira república em Lages/SC", é um olhar para as práticas educacionais na primeira república, inscritas na arquitetura dos grupos escolares. Marco de um projeto educacional que forma as bases da educação atual.

O Artigo "Algumas categorias úteis para pensar a territorialidade da serra catarinense", é um texto importante para compreensão da cultura e identidade da serra catarinense. A publicação deste artigo é também uma homenagem ao autor, Geraldo A. Locks (1953-2022), que desde o início desse projeto, de construir uma revista a partir da periferia acadêmica, nos apoiou, pois sob sua ótica todos os espaços devem ser construídos e ocupados na perspectiva de luta pela democracia, seja ela política, econômica ou do conhecimento. Ele fez parte do primeiro conselho editorial da revista. Esse artigo foi escrito originalmente para uma Cartilha de Educação do Campo (edição impressa e tiragem limitada), e com a autorização da família e do Centro Vianeí estamos publicando a mesma, na perspectiva de aumentar as redes e conexões de saberes e fazeres.

E como relato de experiência, trazemos uma reflexão sobre a vida e o trabalho do educador, "quem ama nunca morre, apenas partem antes de nós" . É a reflexão sobre a singularidade da vida com as nuances sobre o que nos faz a cada dia acordar e lutar por um futuro e uma sociedade mais justa, solidária!

Boa leitura

Boas festas e Feliz 2024

Continuamos na luta pela socialização dos saberes e da ciência!

Editores

Verão 2023



Artigos

ALICERCES DA REPÚBLICA, ARQUITETURAS DA EDUCAÇÃO: O GRUPO ESCOLAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA EM LAGES/SC

Foundations of the Republic, architectures of education: the primary school of the first republic in Lages/SC

MUNARIM, Ulisses¹
PEREIRA, Vanessa Maria²

RESUMO

Estudo sobre Arquitetura e Educação, tendo como objeto de estudo o Grupo Escolar Vidal Ramos em Lages/SC. O prédio foi inaugurado em 1913, e marca um projeto educacional da primeira república no Brasil. A pesquisa fez parte do estudo histórico arquitetônico para projeto de restauração. A construção integra o Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Santa Catarina, desde 1984, e do município desde 1990. Para a pesquisa, além dos estudos arquitetônicos foram realizados pesquisa documental e consulta com fontes orais. O Grupo escolar, hoje um centro

cultural, é uma importante referência histórica, cultural e arquitetônica no Estado.

Palavras-chave: Grupo Escolar, Arquitetura Escolar, Educação SC.

ABSTRACT

ABSTRACT

This study examines the intersection of Architecture and Education, with the Group Escolar Vidal Ramos in Lages/SC serving as the focal point of analysis. Inaugurated in 1913, the building embodies an governmental educational initiative from the early days of the First Republic in Brazil. This study is part of the historical research for the rehabilitation project of the building. Recognized as part of the Historical and Cultural Heritage of the State of Santa Catarina since 1984 and of the municipality since 1990, the building has undergone a comprehensive investigation encompassing architectural studies,

¹ Arquiteto e Urbanista (UFSC); Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (UFSC) e Doutor em Engenharia Civil (UFSC).

² Arquiteta e Urbanista (UFSC); Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (2008). Cursando doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UFBA)

documentary research, and oral source consultations. Transformed into a cultural center today, the Grupo Escolar stands as a significant historical, cultural, and architectural landmark in the State.

Key-words: School Group, School Architecture, Education SC.

1. INTRODUÇÃO

As origens do Grupo Escolar Vidal Ramos na cidade de Lages/SC, ainda nas primeiras décadas do século XX, assim como de seus congêneres no Estado de Santa Catarina – ou mesmo Brasil afora –, não pode ser entendida à parte do momento em que se encontrava o país: uma república ainda incipiente e com uma legião de pessoas analfabetas, excluídos do direito de voto pela Primeira Constituição Republicana. Carente de ideólogos versados, a recém-proclamada república precisava formar cidadãos que viriam preencher suas fileiras. Criados os novos símbolos – bandeira, hinos, heróis – agora era necessário educar as pessoas nos novos paradigmas de civilidade e também para defender os ideais do novo regime. Aquela mesma constituição, de 1891, também estabeleceu o princípio da laicidade na educação pública, em contraponto a uma tradição de escolarização herdada do período imperial, fortemente ligada à Igreja Católica. Nesse artigo iremos observar esse processo refletido na arquitetura escolar, tendo como referência de estudo o Grupo Escolar Vidal

Ramos, hoje Centro Cultural Vidal Ramos, ou o Colégio Rosa como é referenciado na história local.

Essa pesquisa fez parte de um estudo para projeto de restauração do Grupo Escolar Vidal Ramos. Envolveu pesquisa documental e fotográfica; levantamento de fontes orais e o levantamento arquitetônico.

Na primeira parte do texto, destacamos os vínculos entre as propostas educacionais e a gestão arquitetônica do espaço. Na segunda parte do texto o destaque é a arquitetura em si, como elemento nodal de propostas educacionais com projeção social de futuro.

2. NOVAS ARQUITETURAS PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO

Ao longo dos períodos colonial e imperial no Brasil, além das escolas confessionais, as primeiras letras eram ensinadas em escolas arranjadas em sacristias de igrejas, lojas maçônicas ou na própria residência do professor. O professor, alguém reconhecido como tal pelos órgãos de instrução do governo, não era necessariamente um educador formado. Isso, ainda, quando a educação era formalizada, posto que grande parte das crianças aprendiam a ler, escrever e a calcular em ambiente doméstico, instruídas pelos pais ou por professores contratados. Esse modelo de educação primária, o das chamadas “escolas de improvisado”, perdurou até os estertores do século XIX (FARIA FILHO e VIDAL, 2000).

O projeto republicano visava deixar para trás o atraso e a precariedade das práticas pedagógicas e das escolas imperiais, então “identificadas a pocilgas, pardieiros, estalagens” (SCHUELER e MAGALDI, 2009; 35). Conforme esses autores, “a escola primária brasileira não foi uma invenção republicana, tampouco uma novidade *fin-de-siécle*” (idem, 2009; 37). Essa representação tinha por fim apagar a experiência do antigo regime, que já havia estabelecido a instrução primária, gratuita, na Constituição de 1824. Fazia-se necessário também institucionalizar a educação, afastando-a do ambiente doméstico e das tradições culturais e políticas que ainda se faziam presentes na vida privada (FARIA FILHO e VIDAL, 2000).

Além da mudança de regime político, entevia-se todo um contexto de transformações sociais e econômicas. A segunda metade do século XIX encontrou um Brasil desenvolvendo-se morosamente sob a égide de um sistema econômico escravocrata; a capital do então Império ainda não havia conhecido a eletricidade; as cidades mantinham suas feições coloniais nas arquiteturas e nas ruas estreitas; amiúde, eram acometidas por epidemias; aos cidadãos, além dos jogos de salão, quermesses, circos e apresentações de variedades, restavam como diversão urbana o teatro, que já carecia de novidades e magnificência. Os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte no Brasil foram, entretanto, marcados

de um só sopro pela abolição da escravatura, a abertura dos portos aos navios mercantes estrangeiros e a proclamação da República. Na conjuntura internacional, tem-se um excedente de mão-de-obra na Europa e a necessidade de substituição da mão de obra escravizada no Brasil, estopim para a chegada dos imigrantes no país. Com eles vieram novos estilos de vida e ideais burgueses.

No sul do Brasil, no Estado de Santa Catarina, sobretudo nas cidades do Vale do Itajaí, de Joinville e de São Francisco do Sul, portos de chegada dos primeiros imigrantes alemães, surgia uma nova burguesia industrial. Desterro, hoje Florianópolis, assim como a cidade de Laguna, também foi berço de uma nova burguesia, agora comercial, baseada na exportação marítima de produtos agrícolas. No interior, já no século XX, cidades como Lages cresciam à custa da exploração da madeira. A ferrovia São Paulo – Rio Grande passa pelo Estado entre os anos 1908 e 1910 (que também marcou a disputa de terras e a expulsão de muitas pessoas na guerra do Contestado).

Foi um período de intenso desenvolvimento urbano nas cidades – que, até então, mantinham todas as suas feições provincianas – tendo sempre como referência os modelos Europeus, que chegavam nessas terras a partir de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Novos costumes urbanos despontavam, como os *footings*, os eventos políticos, o hábito de socializar-se nos cafés e bodegas e encontrar-se nas galerias

comerciais e nas praças. Estas, até então palco de exercícios militares ou de troca de mercadorias, ganharam jardins, coretos, fontes. A iluminação pública, junto dos recém-surgidos cinemas, oferecia à sociedade novas possibilidades de encontros e convívio, inclusive noturno, roubando espaço das missas e festas religiosas.

Uma nova arquitetura, profusamente ornamentada com matizes ecléticas, substituía a sobriedade dos casarões coloniais. O crescimento populacional das cidades já suscitava problemas de ordem higiênica e moral que reclamavam controle, e os centros urbanos foram submetidos a uma série de reformas urbanas e sociais, visando disciplinar os comportamentos públicos e privados nas cidades. Realizaram-se intervenções urbanas de caráter higienista, sob a égide das novas disciplinas da engenharia sanitária e do urbanismo.

Num processo civilizador e em outras palavras de domesticação de corpos e mentes, era preciso “educar” os cidadãos a viverem nesse novo mundo, principalmente conforme concepção vigente época, das populações mais pobres, cujos hábitos e formas de vida deveriam ser remodelados para os “novos” padrões de convívio social. Aos adultos, os novos modos, linguagens e costumes eram impostos pela força dos Códigos de Posturas, que surgiam para regular a vida urbana; ou repassados subliminarmente – talvez nem tanto – pelas novas revistas, crônicas jornalísticas e pelo

cinema. Nas crianças, cabia à escola operar essa mudança. Da escola era o papel de formar os futuros defensores dos ideais republicanos. A escola é quem deveria ensinar os ideais nacionais aos pequenos imigrantes, principalmente aos filhos de imigrantes, de nações como Itália e Alemanha, que em breve seriam declaradas inimigas. A escola, naquele momento, saía dos conventos, mosteiros e da intimidade privada. Ganhava ruas e praças, tornava-se pública: “essa escola que se quer pública deve, também, contribuir na construção do espaço público por excelência: a cidade” (FARIA FILHO, 1998; 147). Estava montado o cenário para a primeira reforma da educação da era republicana no Brasil. Iniciada em São Paulo, a reforma se expandiu pelos principais Estados do país, levando com ela um novo modelo de escola urbana: o Grupo Escolar.

O grupo escolar não foi o único modelo introduzido na reforma republicana. Havia ainda as escolas ambulantes e as escolas isoladas, destinadas ao ensino primário em áreas rurais e afastadas dos grandes centros, além da escola normal, voltada à formação de professores. O modelo de grupo escolar tratado aqui é aquele no Estado de Santa Catarina, sul do Brasil, entre os anos 1910 e 1920 da Primeira República. Embora os grupos escolares tenham perdurado até os anos 1970, sua primeira década de existência interessa por ser anterior ao abarcamento pelo Estado do movimento escola-novista, que apresentou novos paradigmas para a

educação e, conseqüentemente, uma nova arquitetura escolar.

Se comparadas a outros edifícios de importância histórica, as escolas gozam de uma situação particular: seu principal ambiente, a sala de aula, praticamente não se alterou ao longo dos anos em geral, portanto, tem mantida a sua função original até nossos dias e mantém suas características bastante preservadas (FERREIRA, CORRÊA e MELLO, 1998). Assim, as edificações escolares mais significativas de cada período da história são sempre bons exemplos da cultura e técnica de sua época.

2.1.A primeira reforma da educação no Brasil República

A primeira reforma da Educação no período republicano:

Começou em 1893, por São Paulo, que recebeu a missão pedagógica Norte-Americana, graças aos esforços de Bernardino de Campos e Cesário Motta. Mas, em que consistiu esse movimento, essa reforma de ensino que importada de uma das Americas se vai alastrando pela terra do Cruzeiro? Essa reforma consistiu, sobretudo, no aparecimento de um novo tipo de escola – os grupos escolares – estabelecimentos cujas vantagens são a divisão do trabalho, consequência de seriação do ensino; a emulação do pessoal, consequência do trabalho em conjunto, sob uma direção uniforme e fiscalização por parte das autoridades escolares (A Notícia, ano II, nº 16

de 05 de junho de 1913 *apud* CÓRDOVA, 2008; 73).

Essas foram algumas palavras do discurso do professor Orestes Guimarães, proferido em 19 de maio de 1913, quando da inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos, em Lages, mas que se aplicariam à inauguração de tantos outros grupos escolares Brasil afora. Guimarães, ele próprio, viera de São Paulo para Santa Catarina, trazido em 1907 pelo então Governador Gustavo Richard para dirigir o Colégio Municipal de Joinville. Orestes Guimarães logo fora alçado à condição de Inspetor Geral da Instrução Pública catarinense, em 1910, pelo sucessor no mando do Estado, o Cel. Vidal Ramos (SILVA, V. L. G., 2006).

Quando falava de reforma importada, Guimarães referia-se aos Estados Unidos da América. Os protestantes presbiterianos de lá introduziram em São Paulo o modelo pedagógico adotado na reforma republicana, o método intuitivo (CÓRDOVA, 2008). Para São Paulo foram “importados” não só professores, como a sra. Marcia P. Browne, que se distinguiu como professora da Escola Normal daquela cidade, mas também boa parte do mobiliário adotado nas novas escolas.

A construção de novas escolas foi uma premissa da reforma. Os recintos que abrigavam as que existiam do império, além de considerados insalubres pelos higienistas, já não comportavam mais as modernas práticas de ensino e instrumentos didáticos

que surgiam – globos, painéis, coleções, carteiras etc. No modelo de escola até então, e que perdurou nas escolas isoladas, não havia seriação do ensino: em uma única sala, apenas um professor era responsável por alunos de diversas faixas etárias e diferentes níveis de aprendizado. O novo modelo de grupo escolar exigia novos espaços: seções masculina e feminina; classes separadas para cada série, cada uma com seu professor; laboratórios de química e de física; biblioteca e museu escolar; sala com piano para as aulas de canto etc. Além disso, os símbolos da República precisavam de estandarte, e os ritos cívicos de palco (SILVA, R. L. V., 1995).

Nas duas primeiras décadas do século XX, as edificações dos grupos escolares passaram a pontuar a paisagem urbana de diversas cidades de diferentes estados do país, tendo como modelo, como já foi dito, aquelas iniciadas em São Paulo nos anos de 1890. Seguiam os incipientes códigos de higiene da época e a última moda de estilo arquitetônico – o ecletismo. A exemplo dos demais prédios públicos construídos pelo regime republicano – palácios de governo, estações ferroviárias, agências dos Correios etc. – os grupos escolares foram concebidos buscando um caráter institucional e monumental (CASTRO, 2009; SCHUELER e MAGALDI, 2009). Adaptados para a nova pedagogia, os edifícios das novas escolas deveriam ser “modeladores de hábitos, atitudes e sensibilidades” (FARIA FILHO, 1998, 145).

2.2.A reforma da educação em Santa Catarina

A reforma da educação no Estado de Santa Catarina foi empreendida pelo Governador Vidal Ramos com o apoio de Orestes Guimarães. O governador deixou claro, desde o início, que a reforma catarinense seria “moldada na organização do ensino paulista”. Suas palavras não escondem, também, o projeto republicano: “O meu sentimento republicano me impeliu fatalmente ao compromisso, tornado preocupação principal do meu governo, de difundir e melhorar o ensino primário” (ESTADO DE SANTA CATHARINA, 1912).

Convicto que estava “de que as causas primordiais do atraso do ensino primário (...) são a falta de mestres idoneos e a adoção de processos arcaicos, considerados imprestáveis pela pedagogia moderna” (ESTADO DE SANTA CATHARINA, 1911), o Governador Vidal Ramos, através do Decreto nº 572 de 25 de fevereiro de 1911, iniciou a reforma pela Escola Normal, destinada à formação de professores. Em 22 de abril de 1911 baixou os Decretos nº 587 e 588, definindo o regimento para um novo tipo de escola, os grupos escolares, “que optimos resultados têm dado em São Paulo, Minas e outros Estados” (idem). Os grupos escolares destinavam-se às localidades onde a população era densa. Nas demais, seria mantido o modelo antigo, das escolas isoladas (ESTADO DE SANTA CATHARINA, 1911). A reforma catarinense se completou com o

Decreto nº 604 de 11 de Julho de 1911, que criou as Escolas Complementares, destinadas a preparar os alunos que pretendiam cursar a Escola Normal, além também formar os professores para as escolas isoladas. As Escolas Complementares funcionariam, de forma geral, anexas aos grupos escolares.

2.3. Os grupos escolares em Santa Catarina

Nas palavras do Governador Vidal Ramos:

“a construção de edificios apropriados ao funcionamento dos estabelecimentos de instrucção primaria é condição essencial do exito da incipiente reforma. Em prédios imprestaveis, sem ar, sem luz e sem hygiene, a escola continuara a ser o que ainda hoje é – o terror das crianças” (ESTADO DE SANTA CATHARINA, 1911).

Consequentemente, assim como nos demais Estados, a reforma republicana da educação em Santa Catarina se pautou pela construção de novos edificios para as novas escolas.

O Governador se comprometeu à construção de sete grupos escolares, algo que foi reafirmado em seu discurso quando da inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos (Figura 1³). Os recursos para as obras vieram de empréstimos contraídos em 1909 e 1911 junto aos bancos ingleses Emile Erlanger & C. e Dunn Fischer & C. (SILVA, V. L. G., 2006). Segundo o Governador, foi sua preocupação

construir os primeiros grupos “sem ostentações incompatíveis com nossos minguados recursos”. Para os primeiros grupos, foi importado dos Estados Unidos o mobiliário completo (ESTADO DE SANTA CATHARINA, 1911).

A primeira inauguração de um grupo escolar em Santa Catarina, em 15 de Novembro de 1911, não se deu em cima da construção um edificio propriamente novo, mas sim da reforma do antigo Collegio Municipal de Joinville, na cidade de mesmo nome, para adequá-lo às exigências do regimento dos grupos escolares e aos novos padrões de hygiene. Esse recebeu o nome de Grupo Escolar Conselheiro Mafra (Figura 2).

Na sequência, foram fundados os primeiros edificios construídos especialmente para abrigar o novo modelo dos grupos escolares, nas palavras do governador, “com as condições precisas para servirem de typo ou modelo aos que lhes seguirem” (ESTADO DE SANTA CATHARINA, 1913): o Grupo Escolar Jerônimo Coelho, inaugurado em 10 de Dezembro de 1912 na cidade de Laguna (Figura 3); e o Grupo Escolar Lauro Muller, o primeiro da capital Florianópolis, inaugurado logo em seguida, em 24 de Dezembro (Figura 4).

De fato, estes grupos escolares serviram de modelo para os outros que o seguiram – à exceção, como será visto, daquele que receberia seu nome, o Grupo Escolar Vidal Ramos. Se a reforma da educação de São Paulo serviu de base para a

³ As figuras estão no apêndice deste artigo.

realizada em Santa Catarina, também a experiência paulista na construção dos edifícios dos grupos escolares foi repetida em terras catarinenses. Em São Paulo, predominou o que se denomina Projetos-Tipo (FERREIRA, CORRÊA e MELLO, 1998). Com a elaboração de um projeto arquitetônico e a sua repetição em diversas cidades, pressionados por um lado pelo quantidade de escolas a serem construídas em período relativamente curto e por outro com características construtivas que se adaptavam a diferentes lotes e topografias, como o uso de porões altos, que facilitavam essa adequação (FERREIRA, CORRÊA e MELLO, 1998).

Assim como ocorreu em São Paulo, os projetos em Santa Catarina eram mais ou menos padronizados e apenas as fachadas eram personalizadas para cada grupo escolar. A planta tipo adotada tinha o formato de “U”, com duas alas de salas de aula (as seções masculina e feminina) e uma área central para as demais dependências conformando um pátio interno.

Confirmando as palavras do Governador Vidal Ramos, estas primeiras edificações apresentavam uma arquitetura austera – para os padrões da época, obviamente, quando predominava a ornamentação efusiva e os excessos do ecletismo. Entretanto, essa regra viria a ser quebrada quando da construção do grupo escolar na terra natal do governador, Lages.

Nessa cidade, o Grupo Escolar Vidal Ramos, foi o único do período construído fora da tipologia da planta em “U”, e também o único a se fazer em dois pavimentos (Figura 5). Ademais, no luxo de sua ornamentação e na suntuosidade de seus ambientes, se fez valer de todas as extravagâncias da época. Em consulta oral à arquiteta Maria Elizabeth Beirão Corrêa, estudiosa da arquitetura escolar em São Paulo e uma das autoras do livro *Arquitetura Escolar Paulista: Restauo* (FERREIRA, CORRÊA e MELLO, 1998), a mesma afirmou que o Grupo Escolar Vidal Ramos não encontra similar nem entre os grupos escolares de São Paulo.

Depois dele, os próximos três grupos escolares a serem inaugurados pelo Governador Vidal Ramos, todos no ano de 1913, já retomaram a tipologia dos primeiros: o Grupo Escolar Silveira de Souza, inaugurado em 28 de Setembro, em Florianópolis (Figura 6); o Grupo Escolar Victor Meirelles, de Itajaí, inaugurado em 4 de Dezembro (Figura 7); e o Grupo Escolar Luiz Delfino, de Blumenau, em 30 de dezembro (Figura 8). Após o governo de Vidal Ramos, outros grupos escolares ainda vieram compartilhar da mesma tipologia em “U”: o Grupo Escolar Cruz e Souza, de 1917, em Tijucas – em que pese suas menores dimensões e conformação diferente de pátio (Figura 9); e o Grupo Escolar Felipe Schmidt, do mesmo ano, em São Francisco do Sul (Figura 10).

Considerando sua especificidade, cabe aqui um aparte ao grupo escolar da cidade de

Lages. Já no início de suas obras, o Grupo Escolar Vidal Ramos fora anunciado como distinto dos demais grupos escolares construídos em Santa Catarina. No *Relatorio da gestão dos negocios do Municipio de Lages, no anno de 1911* (LAGES, 1912), apresentado ao Conselho Municipal, em 2 de Janeiro de 1912, pelo 1º Substituto em Exercício do Superintendente Municipal, Sr. Octacilio Vieira da Costa, constava:

Usando da autorização da Lei 267 de 6 de janeiro de 1911, offereci ao Exmo. Snr Governador, o terreno da praça conhecida sob a denominação de <P. Antonio> para ser construido o edificio para o Grupo Escolar. Estão já bastante adiantadas as obras desse importante edificio, que será o mais brilhante atestado do patriotismo e segurança com que o governo actual – empreendeu a reforma do ensino publico.

A referida praça era aquela enquadrada pelos seguintes logradouros (em suas denominações atuais): Rua Vidal Ramos Júnior, Rua Aristiliano Ramos, Rua Frei Rogério e Rua Caetano Vieira da Costa.

Antes mesmo da inauguração, o grupo escolar receberá o nome de seu idealizador. No mesmo documento consta que o Congresso do Estado “deu ao Grupo Escolar de Lages, o nome de <Vidal Ramos>, colocando-o sob o patronato de seu nome”. Em várias referências posteriores, o Governador Vidal Ramos – que havia escolhido, ele próprio, o nome dos outros

grupos escolares – faz questão de frisar que esta iniciativa partira dos deputados, não dele.

Aliás, perdura certa confusão a respeito da inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos. Consta como “data oficial” do ato o dia 20 de maio de 1912, ano este, inclusive, inscrito no frontão do edificio. Entretanto, no *Relatorio da gestão dos negocios do Municipio de Lages, no anno de 1913* (LAGES, 1914) – que foi apresentado ao Conselho Municipal em 3 de Janeiro de 1914 – Octacilio Vieira da Costa informa que:

“Afim de inaugurar o Grupo Escolar (...) chegou a esta cidade, no dia 18 de Maio, S. Exa. o Sr. Coronel Vidal Ramos, Digno Governador do Estado. (...) No dia seguinte teve logar a solenne inauguração do Grupo Escolar.”

19 de Maio de 1913 foi o dia seguinte, portanto, é esta a data de inauguração de Grupo Escolar Vidal Ramos. De fato, pode-se constatar em imagem que registra o andamento das obras em 3 de Setembro de 1912 que o edificio ainda não estava pronto para ser inaugurado (Figura 11).

Segundo consta no histórico do grupo escolar apensado ao seu processo de tombamento estadual nos arquivos da Fundação Catarinense de Cultura – informação confirmada pela Sra. Flávia M. M. Pinto, pesquisadora que há algum tempo se interessa pela história do Grupo Escolar Vidal Ramos, coube ao Sr. João Grumiché a construção daquele que a imprensa da época noticiou como “o maior e mais suntuoso prédio

escolar construído no período” (Figura 12), e também o “mais moderno e o melhor aparelhado do Estado com instalações adequadas para as salas de aula, laboratórios de Física e Química, sala de História Natural...” (Semanário da Região Serrana, 25 de maio de 1913 *apud* CÓRDOVA, 2008; 58).

Documento dos arquivos da Fundação Catarinense de Cultural, citando o mesmo semanário, complementa que havia ainda a biblioteca, ambientes para ginástica e galpões de recreio. Quando da inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos, também foi criada, para funcionar anexa ao grupo escolar, a Escola Complementar (LAGES, 1914).

O Grupo Escolar Vidal Ramos foi a primeira escola pública e laica da região serrana de Santa Catarina, cujo pólo central é a cidade de Lages. Seus pavimentos, nas palavras do Governador Vidal Ramos em seu discurso de inauguração do grupo escolar,

“foram feitos para serem pisados, tanto pelo calçado do rico, como pelo pé descalço do pobre”, onde “são respeitados todos os credos: o protestantismo de Lutero como o positivismo de Konte (*sic*, Auguste Comte)”.

Na época, na cidade havia apenas escolas pagas e de caráter confessional – funcionando em espaços destinados pela Igreja Católica – ou iniciativas isoladas de ensino laico, algumas públicas, mas, a maioria, também particular.

O acesso ao ensino era, então, restrito às crianças oriundas das classes mais

favorecidas (CÓRDOVA, 2008). Não que essa situação tenha sido transformada com o advento deste ou dos grupos escolares: estes eram uma parte importante do projeto republicano de urbanização, modernização e assepsia das cidades – inclusive social, excluindo das áreas centrais a população considerada indesejada, empobrecida e marginal. A vizinhança dos grupos escolares, de maneira geral, era ocupada pela elite local (SILVA, V. L. G., 2006). Consequentemente, de seu seio vinham os frequentadores e alunos da escola.

De qualquer forma, o Grupo Escolar Vidal Ramos inaugurou um novo padrão para o ensino público da região, que até então se dava em

uma modesta casa de taboas, cujo salão de aulas nada primava pela higiene. O professor, um pouco menos que analfabeto, entregava-se a despreocupado passeio na vizinhança de casa, deixando muitas vezes, por esquecimento passar a hora de encerramento da aula sem ter explicado, se quer, uma sílaba, assistido estudos, nem ouvido lições (O Lageano, 11 de maio de 1918 *apud* CÓRDOVA, 2008; 33).

Os ideais republicanos se fizeram presentes, na arquitetura e na retórica : no brasão de armas no frontão do edifício (Figuras 13, 14, 15, 16 e 17); e no discurso inaugural do Governador:

porque aqui só impera uma lei – A Constituição da República, baseada nos princípios liberais

da igualdade e da fraternidade.
(idem, 42)

3. A ARQUITETURA DOS GRUPOS ESCOLARES EM SANTA CATARINA

Posto que o modelo paulista fora reproduzido Brasil afora, a análise das edificações dos primeiros grupos escolares pode ser muito bem ilustrada com exemplos dos prédios construídos em Santa Catarina, também criados à semelhança daqueles do estado de São Paulo (SILVA, V. L. G. e TEIVE, 2009). Ver-se-á que estes não diferem em muito de outros já estudados em estados vizinhos, como o Paraná (CASTRO, 2009); ou daqueles construídos nos dois outros estados fortes da economia e política nacional à época, como Minas Gerais (FARIA FILHO, 1998) e Rio de Janeiro (FERNANDES, 2006); ou mesmo no menor Estado brasileiro, Sergipe (SANTOS, M. F. DE J., 2009).

Dos grupos escolares instalados em Santa Catarina até os anos 1920, fogem ao modelo paulista apenas aqueles que surgiram de adaptações de edificações existentes, como foi o caso do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, de Joinville. Destaca-se também, como já foi dito, o Grupo Escolar Vidal Ramos, de Lages, por sua organização espacial – não encontrada em outros exemplares paulistas – e monumentalidade, únicas dentre os grupos escolares construídos no Estado.

3.1. Programa técnico-funcional

A concepção dos edifícios dos grupos escolares não pode ser entendida fora do contexto do regimento que regulava o funcionamento daqueles estabelecimentos. Consolidadas pelo Decreto n. 795, de 2 de maio de 1914, as regras então fixadas estabeleciam desde a localização dos grupos escolares, que “deveria atender as condições indispensáveis de ar puro e saudável”; a orientação do edifício, de forma que os alunos recebam a luz solar “do alto e do lado esquerdo” (CÓRDOVA, 2008; 74); até itens como mobiliário e materiais e equipamentos das salas de aula (Figura 18), passando pelo programa de necessidades, que segue:

- . Uma ala para a secção masculina e outra, separada, para a feminina;
- . Pátios arborizados e separados para cada secção;
- . Quatro salões para cada secção (um para cada ano escolar);
- . Um gabinete para o museu escolar;
- . Um gabinete para o diretor;
- . Um cômodo para a portaria;
- . Privadas higiênicas e lavatórios, com mictório na secção masculina, separados do edifício.

As salas de aula recebiam atenção especial (Figura 19). Segundo Silva (2006; 184), elas deveriam:

assegurar a cada aluno uma área de mais ou menos 1,40 m² de superfície e 6 a 7 m³ de ar por hora, com as paredes internas caiadas de cor amarelada ou

esverdeada, com barras pintadas a óleo. Nestas classes deveriam existir 'carteiras higienicas' em número suficiente à lotação (máximo de 50 alunos e mínimo de 16)". Em cada sala, "dois quadros negros parietaes, sendo um delles para exercícius e o para o lançamento das notas semanaes de applicação e comportamento.

Tais exigências produziram consequências imediatas na arquitetura. Ora, para se garantir 1,40 m² de área e 7 m³ de volume de ar por aluno nas salas de aula, o pé-direito daqueles prédios deveria ter, no mínimo, 5 m de altura (Figura 20). Acrescidos do porão alto, elemento introduzido nos tempos do ecletismo na arquitetura brasileira e que não era exclusividade dos edifícios dos grupos escolares, os edifícios resultavam verdadeiramente altos. Há que se tomar cuidado, portanto, ao relacionar a imponência dos prédios dos grupos escolares somente com intenções arquitetônicas de meramente intimidar as crianças (ARAÚJO JUNIOR, 2006), ou de construir monumentos (FARIA FILHO e VIDAL, 2000) e vitrines para a república (SILVA, V. L. G., 2006).

3.2. Inserção urbana e ocupação do lote

Os grupos escolares sempre foram privilegiados em localização, instalados em regiões nobres ou de expansão das cidades, próximos a outros prédios públicos importantes. É o caso, por exemplo, do Grupo Escolar Vidal Ramos, edificado em colina elevada na área central da cidade, próxima à

Catedral Diocesana e ao Palácio Municipal de Lages (Figura 21), elementos configuradores da centralidade urbana da cidade na época (PEIXER, 2002); ou do Grupo Escolar Victor Meirelles (Itajaí), ao qual se avizinharam o Palácio Marcos Konder e a nova Igreja Matriz de Itajaí. O novo ideal de urbanidade e de progresso precisava ficar evidente. Os edifícios eram, portanto, monumentais, marcando com ênfase a paisagem, simbolizando, ainda, a força política e a presença ativa do Estado. De todos os grupos escolares construídos em Santa Catarina no período analisado, o Grupo Escolar Vidal Ramos ao que parece foi o maior e o mais monumental. A imponência de palacete do edifício contrastava com o casario colonial que ainda dominava a paisagem urbana da cidade de Lages.

Na leitura que faz dos grupos escolares da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Faria Filho (1998) destaca um elemento importante na implantação urbana daqueles edifícios: a presença da cerca, separando a escola da rua. Se a cerca ou muro demarcando os limites do terreno já era uma consequência da nova implantação no lote das edificações do início do século XX no Brasil – afastadas da rua, afastadas dos vizinhos (REIS FILHO, 2000) –, nos grupos escolares ela ganha em importância. Destinado a limitar a livre circulação dos alunos e impedir o acesso de estranhos ao recinto escolar, a cerca configura:

simbólica e materialmente, a delimitação de um espaço próprio, apartado da rua e que se auto-institui como significativo, ao mesmo tempo em que produz aquela [a rua] como lugar maléfico às crianças (FARIA FILHO, 1998; 150).

Por outro lado, a cerca representa a primeira camada de toda uma aparelhagem de controle e vigilância hierárquica⁴ presente na proposta dos grupos escolares: a cerca delimitava o pátio da escola, outro espaço controlado, onde o gradil vazado do muro possibilitava total visibilidade a partir da rua.

A determinação de que os grupos escolares tivessem pátios de recreio separados por sexo, e o entendimento de que:

durante o tempo do recreio deverão os alunos ter plena liberdade, sob vigilância dos professores que forem designados pelo diretor” (Parecer sobre Obras Didáticas pelo Professor Orestes Guimarães *apud* HOELLER, 2009)

Fato esse que condicionou sobremaneira a organização espacial dos edifícios e a ocupação no lote. Não por acaso, a planta tipo escolhida tinha o formato de “U”, configurando um pátio interno com seus limites avarandados, numa perfeita releitura do panóptico de Fourier⁵ (Figura 22 e Figura 23).

Além de permitir uma atenta vigilância do pátio interno – que, por vezes, era dividido ao meio por um muro, para garantir a separação de meninos e meninas durante a

recreação – a planta em “U” possibilitaria a ampliação do número de salas de aula, caso necessário, sem demandar maiores alterações no edifício construído. Por vezes, e, ao que parece, é o que ocorre no caso do Grupo Escolar. Vidal Ramos, a topografia do terreno onde se instalaria o grupo escolar não permitia uma arquitetura “espalhada”. Embora o partido adotado no edifício não encontre par em São Paulo, a descrição da solução adotada naquele Estado, feita por Araújo Júnior (2006), apresenta semelhanças com a escola de Lages:

bloco único e compacto. Quanto à implantação o prédio está centrado em relação ao terreno, sendo que há um recuo menor na frente e maior no fundo. Projeto simétrico não possui pátio interno e as entradas de alunos são separadas, opostas, emolduradas (...).

A edificação do Grupo Escolar Vidal Ramos era isolada no lote, este completamente cercado. Muros internos ao terreno separavam um jardim e os pátios feminino e masculino (Figura 24). Havia ainda no terreno uma edificação mais singela, térrea, que provavelmente serviria de área coberta para recreação e atividades físicas, além de, possivelmente, abrigar os sanitários. Embora não compartilhe da planta em “U” com pátio interno, a configuração do edifício do Grupo Escolar Vidal Ramos possibilitava, de pontos estratégicos, a vigilância simultânea da movimentação de alunos nas áreas externas e internas da escola. Havia janelas em todas as

⁴ Sobre vigilância hierárquica, ver Foucault (2004).

⁵ Foucault (2004).

fachadas, e a circulação por entre as salas de cada pavimento se dava por um único corredor.

3.3. Conceção espacial

A planta em “U” definia, como já foi dito, três alas: uma secção masculina e uma feminina, com acessos separados; e uma ala central, onde se localizavam os demais ambientes do programa dos grupos escolares. O prédio do Grupo Escolar Vidal Ramos eleva-se em bloco único de dois pavimentos, além do porão alto que nivela o pavimento térreo e isola-o do terreno.

Em ambas concepções arquitetônicas – bloco único ou planta em “U” –, a

ordenação espacial e didático-pedagógica era “calculada” de forma a favorecer a formação de cidadãos quietos, atenciosos, que tivessem no professor a autoridade – a referência maior, tudo isto ocupando um lugar que primava pela assepsia, uma assepsia que deveria ocupar não só o espaço físico, mas também os corpos e mentes (SILVA, V. L. G., 2006, 184).

Alguns autores vão além, relacionando os edifícios dos grupos escolares à metáfora de um quartel infantil (SANTOS, M. F. DE J., 2009) (Figura 25 e 26). Para Faria Filho e Vidal (2000; 25):

“o controle dos movimentos do corpo na hora de recreio conformavam uma economia gestual e motora que distinguia o aluno escolarizado da criança sem escola.”

Segundo Teive (2009) era a “máxima pedagógica liberal moderna: ‘manter, imprimir e reprimir, mas com suavidade.’” A autora lembra ainda “o primeiro regulamento interno dos grupos escolares catarinenses, datado de 1914, que proibiu expressamente aos diretores e professores o uso de castigo físico” (2009; 65).

O Grupo escolar é semelhante aos demais grupos no fachadismo eclético, mas é completamente distinto em termos de concepção volumétrica: compõe-se por um bloco único, com corpo central ligeiramente destacado e encimado por um grande frontão. O telhado, em quatro águas, é encoberto por platibandas em todas as elevações. As fachadas, perfeitamente simétricas, são, aos pares, idênticas. Diferenciam-se apenas na altura do porão por conta dos desníveis do terreno. As aberturas são amplas e ritmadas, intercaladas por pilastras. Apenas a portada central e a janela do balcão, de peitoril rasgado, distinguem-se das demais. A platibanda e os dois pavimentos são diferenciados por cimalkas e frisos, enquanto o porão recebe acabamento rustificado.

De conformação retangular, alinhado longitudinalmente em sentido E-W, com portadas de acesso opostas nos dois lados maiores, uma no lado norte, para a seção masculina – que funcionava no pavimento térreo; outra, no lado sul, para a seção feminina localizada no pavimento superior, o edifício cobre uma área de 581,33m² do

terreno, tendo 43,89 m em seu lado maior e 13,24m no lado menor. A planta dos dois pavimentos é praticamente idêntica, exceto pelo corpo central, onde se localiza a escadaria de acesso ao pavimento superior. (Figura 27)

Os ambientes estão distribuídos simetricamente a partir do corpo central, sendo acessados por corredor longitudinal, periférico. (Figura 28 e 29) A portada da seção masculina chega ao corredor do pavimento térreo, enquanto que as alunas eram recebidas no saguão da escadaria (Figura X3 30). Conforme prescrevia o Regimento Interno dos grupos escolares catarinenses, o Grupo Escolar Vidal Ramos possuía 8 salas, sendo que cada um dos pavimentos:

eram divididos em quatro salões de 72 metros quadrados cada um para as aulas, além do corredor, de duas peças para guarda-roupa e (...) do saguão de acesso (...). Ao longo dos corredores encontravam-se lavatórios servidos de água encanada” (Região Serrana, 9 de março de 1913 *apud* CÓRDOVA, 2008; 75).

Normalmente, os prédios dos grupos escolares não possuíam instalações sanitárias internas. Ao que parece, este seria o caso do Grupo Escolar Vidal Ramos.

3.4. Materiais e técnica construtiva

Na tectônica⁶, repetem-se nos edifícios dos grupos escolares catarinenses as contradições representadas pelo ecletismo no Brasil: embora timidamente, fossem introduzidos colunatas e vigas em ferro fundido em algumas edificações, as possibilidades das novas tecnologias proporcionadas pela industrialização são direcionadas para a ornamentação, enquanto as paredes continuam a ser construídas com materiais tradicionais: pedra, tijolo e cal. A estrutura é simplificada. Nos telhados as tesouras apoiam-se sempre nas paredes externas. O arcabouço estrutural é estabelecido pelas paredes externas, construídas em alvenaria estrutural de tijolos. As paredes são todas elevadas sobre um embasamento, também de tijolos, que perfaz o porão elevado e apresenta aberturas para ventilação em arco pleno. Abaixo do embasamento em tijolos, fundações em pedra. Internamente, forros do tipo saia-e-camisa. Os soalhos são de tabuado corrido. As janelas e portas de grande altura apresentam bandeira fixa envidraçada. As vidraças das janelas são sempre em duas folhas, de abrir, com postigos.

O edifício do Grupo Escolar Vidal Ramos repete o sistema construtivo tradicional presente nos outros grupos escolares, com paredes portantes de alvenaria de tijolos, apoiadas sobre alicerces de pedras ou tijolos

⁶ N.E. Em arquitetura esse termo pode ser compreendido como *arte da construção*, articulando aspectos materiais, culturais e estéticos.

perfazendo um porão alto, ventilado por gateiras; estrutura de cobertura, forros e pisos em madeira; manto de cobertura em telhas cerâmicas do tipo francesa, ocultas por platibandas; aberturas amplas, fechadas com janelas dotadas de bandeira, vidraças e postigos; ornamentação em argamassa armada justaposta às fachadas.

Entretanto, o prédio já faz uma utilização um pouco mais ousada dos elementos metálicos, que aparecem não apenas em gradis de cercas e de gateiras ou nos pilaretes de varandas: aqui, além de barras de aço laminado estruturando os patamares das escadas externas e armando as pilastras decorativas das fachadas, aparecem quatro portentosas colunas metálicas apoiando os soalhos do pavimento superior. Na base dos pilares um selo indica sua procedência: Cia. de Forjas e Estaleiros, Rio de Janeiro, com a data de 1895. Com função estrutural, o ferro também é utilizado nos tirantes de travamento da cobertura.

3.5. Tratamento das fachadas

O ecletismo em voga à época dita as feições dos grupos escolares analisados. O estilo é caracterizado em sua forma externa principalmente pelas platibandas escondendo os beirais (outrora sempre aparentes), porões altos, varandas, ornamentação efusiva, vidraças e elementos metálicos. A mistura de estilos e a ornamentação profusa como elementos compositivos aparecem assim nos prédios dos grupos escolares catarinenses. A

composição simétrica da fachada e o tratamento diferenciado em seu corpo central por frontões ornados com brasões ajudam a buscar uma aparência institucional. Isso ocorria em tempos de pujança econômica, em que “mesmo as residências de menor porte são resolvidas como miniaturas de palacetes” (REIS FILHO, 2000; 65).

Se os outros grupos escolares construídos no período em Santa Catarina guardam um certo comedimento da decoração – embora ecléticos –, no Grupo Escolar Vidal Ramos tudo se faz presente: pilastras, capitéis e cornijas, cimalkhas, pináculos, máscaras, florões, rustificações etc. Além de toda essa série de ornamentos, o edifício apresenta um “importante diferencial que caracteriza o ecletismo do sul do Brasil: o frontão, [retirado do neo-clássico,] elemento não utilizado na maior parte do país” (VIEIRA FILHO, 2002, sp).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O edifício do Grupo Escolar Vidal Ramos sediou a escola de mesmo nome até 1º de Agosto de 2011. Sempre o fez com dignidade, com sua arquitetura imponente, a despeito do abandono e da falta de investimento na manutenção de suas instalações.

Desde seu tombamento pelo Estado de Santa Catarina em 1984 (Decreto 21.327, de 26 de Janeiro de 1984), ou pelo Município de Lages em 1990 (Lei Orgânica do Município de Lages, promulgada em 5 de Abril de 1990,

Título V, Capítulo IV, Seção II) o edifício recebe não mais que pintura ou pequenos reparos.

Entretanto o mesmo não aconteceu com o pátio do grupo escolar, esse foi elemento bastante desfigurado na ambiência do edifício. Não é mais possível visualizar em sua configuração atual qualquer referência ao que foram outrora. Os pátios foram completamente descaracterizados, sobretudo, pela construção do memorial Nereu Ramos, uma arquitetura de poucas qualidades plásticas, que ainda obstrui visualmente as fachadas do Grupo Escolar Vidal Ramos.

Além deste, a maior intervenção ficou por conta da ambiência urbana em que ele está inserido, no qual o processo evolutivo da cidade, a corrida imobiliária e de certa forma o descaso com o contexto urbano e com a gestão da cidade, já bem diferente dos tempos do art déco, estilo arquitetônico que se disseminou nas áreas centrais de Lages e cujos construtores procuravam respeitar relações de escala e hierarquia urbanas.

Atualmente o antigo Grupo Escolar sedia o Centro Cultural Vidal Ramos, administrado pelo SESC - Serviço Social do Comércio, com programação de atividades artístico-culturais, com salas para apresentação de filmes, teatro, dança, biblioteca, música entre outras possibilidades. Novos tempos, novos ares mas que mantém a suntuosidade e o espaço para uso público e laico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JUNIOR, M. De. História da Arquitetura Escolar Paulista na Primeira República (1890-1920) - A influência da arquitetura na formação escolar paulista. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

CASTRO, E. A. D. A arquitetura dos grupos escolares do Paraná na Primeira República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 90, n. 224, p. 122-148, 2009.

CÓRDOVA, T. **O novo compõe com o velho: o lugar do grupo escolar no cenário do ensino público primário na cidade de Lages no Estado de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná - Curitiba. 2008.

ESTADO DE SANTA CATHARINA. **Mensagem apresentada** ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. . Florianópolis: Gab. Typ. D' "O Dia," 1911.

ESTADO DE SANTA CATHARINA. **Mensagem apresentada** ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. . Florianópolis: Gab. Typ. D' "O Dia," 1912.

ESTADO DE SANTA CATHARINA. **Mensagem apresentada** ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. . Florianópolis: Gab. Typ. D' "O Dia," 1913.

FARIA FILHO, L. M. e VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 19-34, 2000.

FARIA FILHO, L. M. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas

reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n. 1, p. 141-159, doi:10.1590/S0102-25551998000100010, 1998.

FERNANDES, N. L. B. **Arquitetura escolar Carioca: edificações construídas entre 1930 e 1960**. UFRJ/ FAU - Rio de Janeiro. 2006.

FERREIRA, A. D. F.;; CORRÊA, M. E. B. e MELLO, M. G. De. **Arquitetura Escolar Paulista: Restauro**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 29. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

HOELLER, S. A. de O. **Escolarização da infância catarinense: a normatização do ensino público primário (1910-1935)**. Curso Pós- graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná - [S.I.]. 2009.

LAGES. **Relatorio da gestão** dos negocios do Municipio de Lages, no anno de 1911, apresentado ao Conselho Municipal, em 2 de Janeiro de 1912 pelo Sr. Octacilio Vieira da Costa. . Florianópolis: Typ. Livraria Moderna, 1912.

LAGES. **Relatorio da gestão** dos negocios do Municipio de Lages, no anno de 1913, apresentado ao Conselho Municipal, em 3 de Janeiro de 1914 pelo Snr. Octacilio Vieira da Costa. . [S.l: s.n.], 1914.

MUNARIM, U. e SANTOS, C. F. Dos. Cinema e cultura urbana: Salas de cinema e centralidade urbana na cidade de Florianópolis. In: 53º INTERNATIONAL CONGRESS OF AMERICANISTS. **Anais...** Cidade do México: [s.n.], 2009.

MUNARIM, U. **Arquitetura dos cinemas: Um estudo da modernidade em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico – CTC, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - Florianópolis. 2009.

PASTINA FILHO, J. LA. **Manual de conservação de telhados**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 1999.

PEIXER, Z. I. **A cidade e seus tempos: O processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: Editora Uniplac, 2002. p. 296

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

SANTOS, M. F. de J. Retratos da modernidade: os grupos escolares de Sergipe como ícones da modernidade. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. VIII, n. 2, p. 68-83, 2009.

SCHUELER, A. F. M. e MAGALDI, A. M. B. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, v. 26, p. 32-55, 2009.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil: 1900 - 1990**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SILVA, R. L. V. Grupo Escolar Victor Meirelles. In: SILVA, L. D. (Ed.). **Itajaí Imagens e Memórias**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 1995. .

SILVA, V. L. G. e TEIVE, G. M. G. Grupos Escolares: Criação mais feliz da República? Mapeamento da Produção em Santa Catarina. **Revista Linhas**, v. 10, n. 1, 2009.

SILVA, V. L. G. Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

TEIVE, G. M. G. Grupo Escolar e produção do sujeito moderno: Um estudo sobre o currículo e a cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses (1911-1935). **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEl**, v. 13, n. 29, p. 57-77, 2009.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Projeto de restauração do Cine-theatro Tijucas**. *Mimeo*. 2002.

APÊNDICE IMAGENS E MEMÓRIAS

Figura 1



Grupo Escolar Vidal Ramos. Centro Cultural - Dez 2023
Foto: *Erick K.P. Carraro*

Figura 2



O edifício do antigo Grupo Escolar Conselheiro Mafra, em Joinville, que chegou a abrigar a Prefeitura Municipal e mais tarde foi demolido para a abertura da avenida Juscelino Kubitschek.

Fonte: Acervo Gladys Teive. Fonte: Diário Catarinense (2011).

Figura 3



Os dois grupos escolares inaugurados em 1912: Grupo Escolar Jeronimo Coelho, de Laguna...

Fonte: <http://docmarcio.blogspot.com> (acessado em 31/12/2012).

Figura 4



Grupo Escolar Lauro Muller, o primeiro da capital Florianópolis, em fotografia da década de 1920.

Fonte: *Acervo Gladys Teive, Diário Catarinense* (2011).

Figura 5



O Grupo Escolar Vidal Ramos ainda em seus tempos áureos, com a cerca definido claramente o espaço da rua e o escolar.

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, vol. XII, do 1º semestre de 1944.

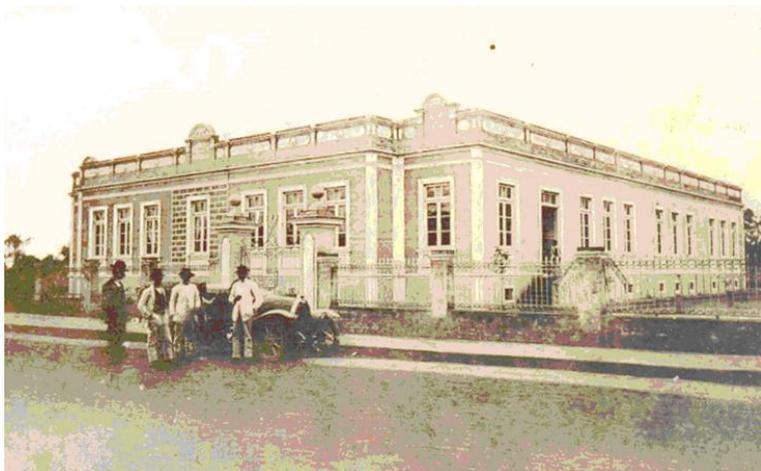
Figura 6



Grupo Escolar Silveira de Souza, de 1913, o segundo da capital Florianópolis.

Fonte: Acervo Gladys Teive, Diário Catarinense (2011).

Figura 7



Grupo Escolar Victor Meirelles, de 1913, em Itajaí.

Fonte: *Acervo Gladys Teive, Diário Catarinense (2011).*

Figura 8



Edifício do Grupo Escolar Luiz Delfino, de 1913.

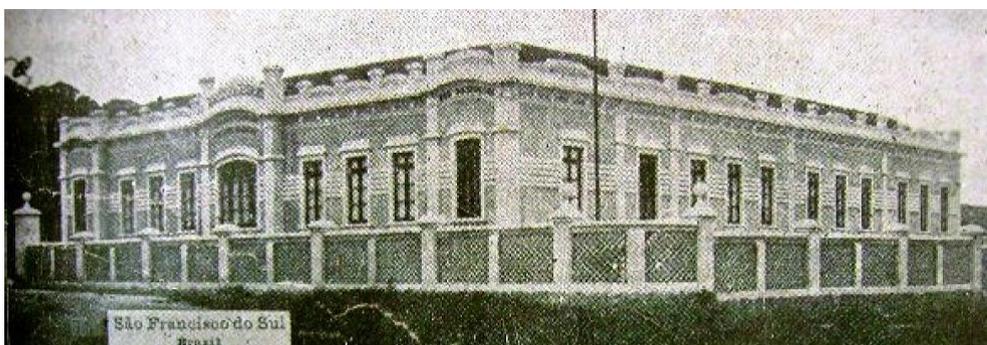
Fonte: *Revista do Vale/SC.2014. Edição comemorativa*

Figura 9



Grupos escolares inaugurados em 1917: Grupo Escolar Cruz e Souza, de 1917, em Tijucas SC
Fonte: Hoeller (2009).

Figura 10



Grupo Escolar Felipe Schmidt, em São Francisco do Sul.
Fonte: Hoeller (2009).

Figura 11



Edifício do Grupo Escolar Vidal Ramos ainda em obras ao fundo, em fotografia datada de 03 de setembro de 1912.

Fonte: acervo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Figura 12



O Grupo Escolar Vidal Ramos, com o edifício principal construído em um único bloco. Ao fundo, à direita na imagem, estrutura anexa que, provavelmente, era utilizada como espaço coberto para recreação, além de abrigar as instalações sanitárias.

Fonte: acervo Flávia M. M. Pinto.

Figura 13



A fachada, seccionada horizontalmente em embasamento, corpo e coroamento, é marcada pela simetria, ornamentação exuberante e pelo ritmo marcado das aberturas.
Foto: Ulisses Munarim.

Figura 14



À esquerda, o volume retangular do edifício principal do Grupo Escolar Vidal Ramos é quebrado apenas pelo corpo central destacado, coroado pelo frontão de tímpana triangular.
Foto: Ulisses Munarim.

Figura 15



O mesmo apuro na ornamentação das fachadas principais comparece nas fachadas laterais.
Foto: Ulisses Munarim.

Figura 16



Corpo central destacado por frontão, na fachada voltada para a Rua Vidal Ramos Júnior.
Foto: Ulisses Munarim.

Figura 17



Logo na entrada do Grupo Escolar Vidal Ramos, com o brasão de armas do Estado de Santa Catarina ostentado no frontão do edifício em foto de 1928.

Fonte: acervo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Figura 18



Destaque para a iluminação natural, que praticamente alcança a parede oposta às janelas. Nos forros, centralizados nas salas, os pontos de instalação das luminárias à energia elétrica, que chegou na cidade em 1913.

Fotos: *Ulisses Munarim.*

Figura 19



As salas possuem dois quadros negros e portas de acesso ao corredor e à sala contígua. Em detalhe a altura do pé direito

Foto: *Ulisses Munarim.*

Figura 20



Pilar metálico e madre em madeira diminuem o vão livre a ser vencido pelos barrotes do soalho do pavimento superior.
Foto: Ulisses Munarim.

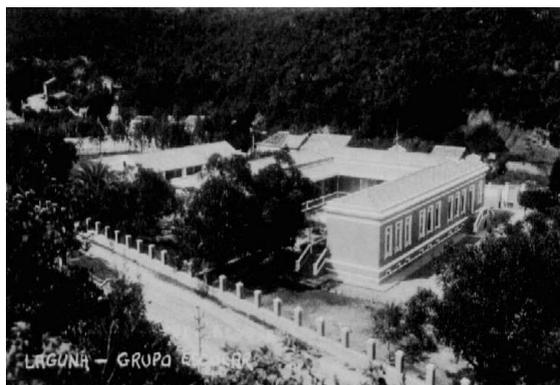
Figura 21



Visto do tanque, atual Parque Jonas Ramos, o Grupo Escolar Vidal Ramos, situado da colina mais alta da vila urbana de Lages, rivaliza em importância com a Catedral Diocesana e o Palácio Municipal, sede do governo local.

Fonte: acervo do Museu Histórico Thiago de Castro.

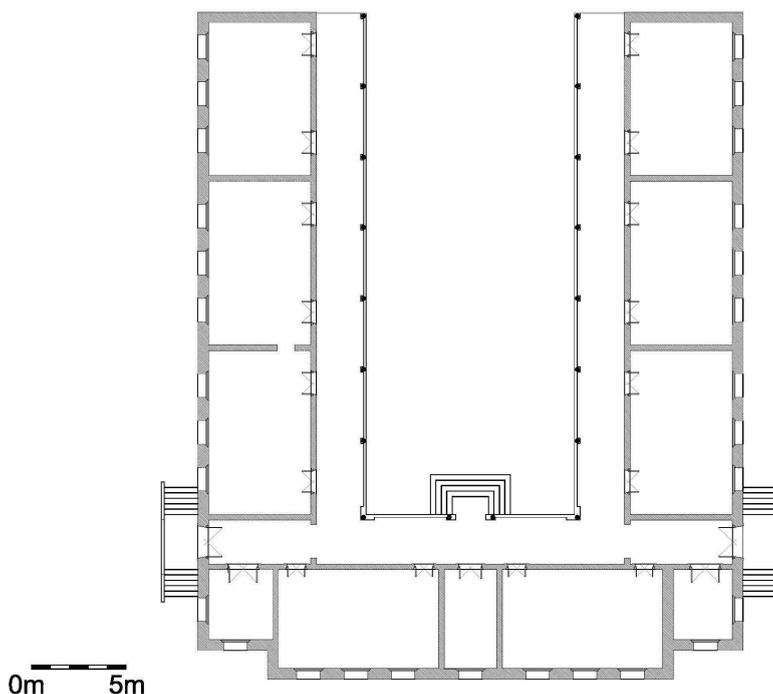
Figura 22



Grupo Escolar Jeronimo Coelho, de em Laguna, visto de sua parte posterior, onde pode-se perceber o pátio interno conformado pela planta em “U” do edifício e os jardins cercados de janelas e gradis.

Fonte: Acervo Gladys Teive. Diário Catarinense (2011).

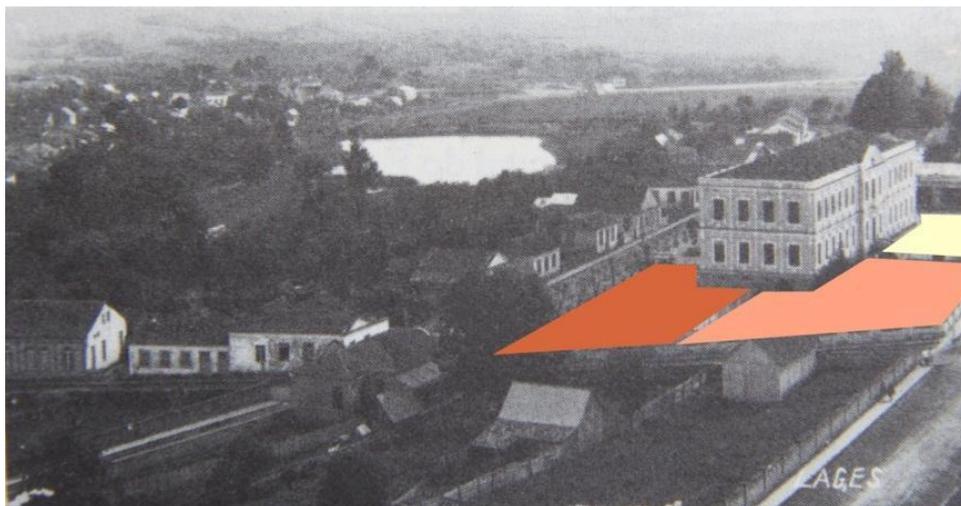
Figura 23



Planta baixa do Grupo Escolar Victor Meirelles, de Itajaí.

Fonte: Digitalizado a partir de cadastro do arquivo da Fundação Cultural de Itajaí por Maria Regina Weisheimer e André Luís de Lima. Fonte: (MUNARIM, 2005).

Figura 24



Abaixo, em destaque, os espaços entre os muros que cercavam o grupo escolar, configuravam o jardim e diferenciavam o pátio de recreação das meninas daquele dos meninos.

Fonte: do autor, baseado em Peixer (2002, p. 60).

Figura 25



Alunos perfilados no pátio do Grupo Escolar Vidal Ramos, em foto de 20 de maio de 1913. Ao fundo, estrutura, anexa ao edifício do grupo escolar.

Fonte: acervo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Figura 26



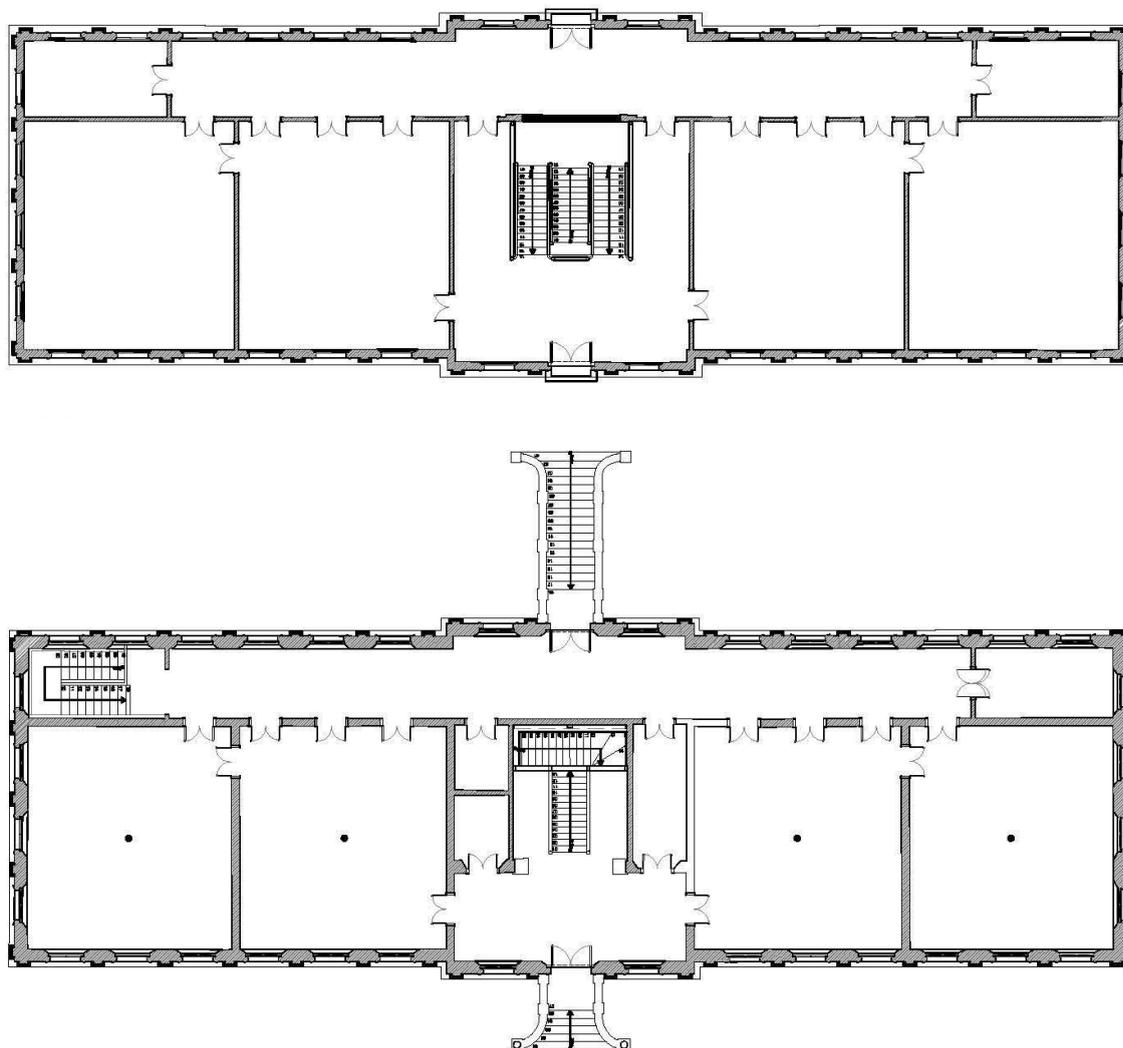
Em fotografia feita possivelmente entre a segunda metade dos anos 1920 e a primeira metade dos anos 1930, meninas exercitam-se no pátio norte do Grupo Escolar Vidal Ramos. A imagem demonstra a importância da relação espacial do edifício com o pátio, hoje perdida por conta da demolição parcial dos muros e da construção do Memorial Nereu Ramos.

Fonte: acervo do Escola Básica Vidal Ramos.

Figura 27

0

5m



Plantas baixas do pavimento superior (no alto) e do térreo do Grupo Escolar Vidal Ramos.
Fonte: Ocça Arquitetas Associadas (2011).

Figura 28



O saguão superior é marcado pela abertura para o corredor, em arco abatido com vitral.
Foto: Ulisses Munarim.

Figura 29



Os corredores longitudinais do térreo (à esquerda) e o do pavimento superior.
Fotos: Vanessa Maria Pereira.

Figura 30



O saguão, acesso principal do edifício e também a antiga entrada das alunas, é marcado por um grande arco que emoldura a escadaria que leva ao pavimento superior.
Foto: Vanessa Maria Pereira.

ALGUMAS CATEGORIAS ÚTEIS PARA PENSAR A TERRITORIALIDADE DA SERRA CATARINENSE

Geraldo Augusto Locks⁷⁸

No desenvolvimento do Projeto Educação do Campo: novas práticas realizado com gestores, professores, organizações e movimentos sociais envolvidos com a educação do campo na serra catarinense a partir de 2009, surgiu entre outras demandas a necessidade de se elaborar material didático a ser utilizado nas escolas do campo. Dentre muitas temáticas apontadas, uma delas foi a "identidade sócio-cultural". Ou seja, privilegiar no processo de ensino aprendizagem do campo o estudo em torno do modo como a população da serra catarinense ao longo de sua história tem construído o seu retrato ou seu jeito de produzir sua existência e seu modo de viver. Assim, a escola do campo

estaria enfrentando o desafio de realizar uma educação contextualizada, ao mesmo tempo, construindo conhecimentos significativos relacionados com as características do local, do regional e do global, com as necessidades e interesses dos sujeitos envolvidos com a educação do campo.

Este texto se propõe a refletir sobre elementos que apontam para o retrato da serra catarinense constituindo-se em um material paradidático a ser utilizado pelos sujeitos que realizam a educação do campo — gestores, professores, alunos e a comunidade do entorno da escola. Para cumprir este objetivo o texto inicia com a apresentação de três ferramentas que podem ser úteis na realização deste trabalho: identidade, cultura e território. Depois reflete sobre quatro aspectos que, do ponto de vista antropológico, devem ser considerados quando se desenha a identidade sociocultural da população de uma região, colocando em cena a serra catarinense.

⁷ Dr. em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. (26 de fevereiro de 1953 - 15 de outubro de 2022)

⁸ Artigo originalmente publicado na cartilha: CENTRO VIANEI. Educação do Campo: novas práticas. 2010

Portanto, trata-se de uma reflexão que busca provocar o estudo sobre a identidade podendo esta, ser delineada diferentemente em cada contexto e propósito em que for discutida.

1. CATEGORIAS ÚTEIS DE ANÁLISE

Identidade

O estudo da identidade responde a muitas perguntas feitas por um sujeito ou um determinado grupo social.

Quem somos?

Como nos constituímos ao longo de nossa história?

Por que somos semelhantes e ao mesmo tempo diferentes de outros grupos ou de outras sociedades humanas?

O que nos singulariza em relação a outros grupos sociais existentes em outras regiões do Estado de Santa Catarina ou de outros Estados do Brasil?

A identidade é percebida pela relação que fazemos de uma pessoa com outra, de um grupo com outro grupo social. Ela emerge da comparação estabelecida entre os habitantes de uma região com outra região. Pode-se então pensar nas diferenças e semelhanças entre os habitantes da serra e os habitantes do litoral catarinense. É possível ver as diferenças e semelhanças entre o povo do sul e do nordeste brasileiro. Fica evidente os diferentes estilos de vida dos povos indígenas, dos afro-descendentes, de caboclos, de descendentes de italianos, alemães, e tantos

outros existentes em Santa Catarina, no Brasil, em nosso continente latino-americano e pelos demais continentes. O tema da identidade é útil para se pensar o lugar onde nascemos, vivemos e trabalhamos. Inclusive para pensar a realidade do campo e da cidade no que diz respeito aos estilos de vida, valores, condutas, o que se pensa sobre o significado da terra e da vida no campo, por exemplo.

Aprofundando ainda mais, vemos que a identidade ajuda a perceber as diferenças, os contrastes, as semelhanças entre indivíduos, famílias, grupos sociais, comunidades e sociedades. Facilmente podemos identificar o aparecimento da identidade: ela se revela silenciosamente através da cultura, pelos estilos de vida, hábitos, costumes, comportamentos, linguagem, música, arte, religiosidade, alimentação, no modo de vestir, no cuidado com o ambiente, na organização social, econômica e política da comunidade. Importante destacar na descrição da identidade como acontece a organização da sociedade civil, através de sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais, da organização da juventude e das mulheres; a participação do povo do campo em associações de produção, comercialização, de crédito, práticas de economia solidária, inclusive no modo como é visto a vida no campo e na cidade. Até mesmo, a relação do campo com a cidade e vice-versa. Pode-se pensar o campo e a cidade como espaços complementares, em oposição ou até mesmo em uma classificação

hierárquica vendo um superior ou subordinado ao outro. Claro, a identidade de uma comunidade do campo também se afirma pela relação que estabelece com sua escola e a educação do campo. É verdade que uma comunidade do campo sem a presença e o funcionamento de sua escola revela uma identidade empobrecida, esfacelada ou incompleta.

No espaço do campo a identidade revela-se igualmente no modo como a terra está distribuída, no jeito como cada família escolhe o modelo de agricultura, se é agroecológica ou se é agricultura química; se é o modelo da agricultura familiar ou se é o agronegócio; o que cada unidade familiar planta, o que consome, o quê e como vende os produtos. Assim, basta permanecer atento para observar a importância e a manifestação da identidade. Esta ferramenta tem ajudado muito a distinguir a realidade e a vida no campo, a pensar a escola e a educação do campo levando em conta as especificidades, a diversidade e a complexidade existente entre os povos que vivem e trabalham no campo.

Cultura

A outra ferramenta de trabalho é a cultura. Ela pode nos ajudar de muitas maneiras, principalmente, a entender melhor o que acontece em nosso mundo e em nossa vida social. É muito comum se ouvir dizer que "José não tem cultura", que "Joana é muito culta". Este entendimento de cultura se refere a um determinado nível de conhecimento ou

de escolarização. Às vezes é referido deste modo para indicar uma pessoa muito bem informada, detentora de muitos títulos, diplomas. Outras vezes, porque desenvolve boa comunicação, utiliza um vocabulário variado, tem um status ou liderança reconhecida no grupo social. E, até mesmo este conceito de cultura pode ser confundido com inteligência. Então, é preciso estar atento, pois, como recomendam os estudiosos da cultura, este conceito pode se constituir em uma arma discriminatória. Ele pode ser usado para classificar pessoas, grupos, comunidades, um determinado espaço como o campo ou a cidade. É deste conceito que emergem estereótipos e preconceitos sobre pessoas ou lugares. Quem já não ouviu dizer que "no campo não tem cultura?", que "o campo é atrasado!" "A cidade sim que é lugar de cultura, de progresso, onde vive a civilização!". A discriminação por este uso da palavra cultura pode se dirigir contra o gênero, etnia, idade, profissão, um grupo social, até mesmo uma comunidade inteira. Trata-se do conceito de cultura no sentido do senso comum, muito utilizado em nosso meio. Como se pode observar é um conceito restrito, excludente, gerador de muitos problemas, inclusive interferir no desenvolvimento de uma população.

Podemos então pensar em outro conceito de cultura, denominado de antropológico. Aí sim, a cultura é tomada num sentido bem mais amplo e englobante. Entre muitos conceitos, podemos apreender o

conceito de Da Matta (1978), para quem, cultura é um conceito-chave para a interpretação da vida social, sendo a "maneira de viver total" de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Mais, cultura opera como um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmos. Neste sentido podemos pensar na cultura do povo serrano, na cultura dos habitantes que residem em um município, na cultura urbana ou até mesmo na cultura do campo. Podemos nos referir também a gêneros de cultura que são equivalentes a diferentes modos de sentir, celebrar, pensar e atuar sobre o mundo. A cultura de povos indígenas, a cultura cabocla, a cultura dos povos que vivem em quilombos, a cultura dos descendentes de europeus, dos sírio-libaneses, japoneses, letos que vieram da Lituânia, no leste europeu, para a serra catarinense.

Outra contribuição do conceito de cultura é que ele permite a descoberta do "outro". Ninguém se desenvolve sozinho na sociedade. A vida social acontece nas diferentes formas de relações que são estabelecidas no dia-a-dia da vida das pessoas. O eu está sempre relacionado com o tu, ou com o ele, denominado de outro. Se o ser humano é igual em sua constituição biológica, é absolutamente diferente um do outro, e o que faz esta diferença é a cultura produzida, transmitida e aprendida por uma pessoa ou por um grupo social. O outro

sempre é diferente e coloca o desafio permanente de ser identificado e respeitado em suas diferenças. Neste sentido, constata-se uma tremenda dificuldade na vida social de respeitar e dialogar com o outro, com a diferença. É que somos etnocêntricos, isto é, classificamos o outro, os outros, pelos valores da nossa cultura. Vemos o mundo a partir de nosso mundo, e não como um mundo entre outros mundos, sem superiores, nem inferiores, mas diferentes. Como sair da armadilha de ver o outro ou o mundo dos outros classificando de bom ou ruim, inferior ou superior, feio ou bonito? Assumir a diferença não significa que abolimos o direito de discordar, pois também somos diferentes para o outro. O caminho que podemos fazer é praticar constantemente a ética do respeito, do reconhecimento da alteridade; exercitar o que Paulo Freire denomina de pedagogia do diálogo com o outro, isto pode ajudar na visão de um mundo social onde a diferença, a presença de muitas culturas, conseqüentemente de diferentes modos de vida, constituem a riqueza da sociedade humana.

Afinal, precisamos uns dos outros para a realização de nossa condição humana e de nosso desenvolvimento como grupo social. Afirmou Benedict (Apud LARAIA, 2002, p. 67), "que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo". Ou seja, vemos o nosso mundo e o mundo dos outros com os valores, os comportamentos normatizados de nossa herança cultural desenvolvida através

de inúmeras gerações. Por isto, precisamos conhecer nossa cultura, reconhecer a dos outros para conviver em uma sociedade multicultural, pluri-étnica, onde emerge cada vez mais o direito à diferença e o reconhecimento da diversidade, comportamentos, modos de pensar e de viver. Estamos concebendo nossa sociedade construindo incessantemente a democracia como criação, garantia e consolidação de direitos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Território

A terceira ferramenta que ajuda demonstrar o modo como a serra catarinense tem sido construída é exatamente o conceito de território. Há tempos ainda recentes ensinava-se que território indicava o tamanho de um país, de um estado ou de um município. Portanto, território identificava o espaço físico, por isto, dizia-se que o Brasil podia ser visto como um grande continente com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados.

O processo de globalização neoliberal acabou difundindo o mito do "fim dos territórios" onde o espaço local estaria subordinado ao global. Foi quando apareceu também a palavra "desterritorialização" para se referir à territorialização extremamente precária a que estão sujeitos, cada vez mais, os "sem-teto", os "sem terra" e outros tantos grupos sociais minoritários na sua luta pelo "território mínimo" do abrigo e do aconchego cotidianos (HAESBAERT, 2006). O fato é que

emergiu uma verdadeira explosão de idéias em torno da palavra território. Atualmente este conceito remete para outros significados. Território hoje compreende muitos aspectos da realidade vivida por uma comunidade ou uma sociedade. Neste sentido, espaço físico e território não se confundem. O espaço é anterior ao território. Podemos identificar um determinado espaço físico que não nos diz nada sobre o território. Este resulta das relações estabelecidas pelos sujeitos ou indivíduos que vivem num espaço físico. Portanto, são as pessoas que fazem o território através de suas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Neste sentido não se compreende o território como espaço fechado. Sendo suas fronteiras flexíveis, ele se constrói através de redes estabelecidas por atores internos e externos que interagem entre si. Hoje vivemos um mundo feito de redes materiais e virtuais. Resumindo, podemos afirmar que o território é constituído pelo conjunto das relações existentes entre os indivíduos na identificação de seus problemas, dilemas, contradições presentes na vida social e também na busca de suas soluções. Como é da natureza da vida social, o território se constrói e se mostra muito dinâmico, complexo, diversificado, merecendo sempre um olhar atento e crítico para sua compreensão e construção.

Dito de outra maneira, o território é a casa onde vivemos, trabalhamos e fazemos a nossa história. Reflete-se ainda sobre o território no sentido amplo, segundo Haesbaert

(2006) que vai desde um nível físico ou biológico (enquanto somos seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres que somos dotados de poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo distinções de classe sócio-econômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, etc. Haesbaert (2006) recomenda que devemos priorizar a dinâmica combinada de múltiplos territórios (...) "no caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço". De modo que, podemos nos referir a um território educacional, econômico, político, ambiental, em suas especificidades ou integrados como, por exemplo, se aborda o desenvolvimento territorial sustentável.

2. A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA SERRA CATARINENSE

Diferentes aspectos podem ser identificados na construção de um território. Para o objetivo deste texto vamos considerar quatro aspectos: a forma de ocupação e estruturação do espaço físico com o foco na estruturação fundiária; a presença e os cruzamentos étnicos caracterizando diferentes

culturas ou modos de vida de grupos sociais; as atividades econômicas desenvolvidas, ou seja, o modo como um determinado grupo produz e distribui os bens (materiais, políticos e simbólicos) necessários à vida de seus membros. Afinal, os seres humanos ao trabalharem, transformam o mundo, se constroem e garantem sua existência. Sabe-se que as atividades econômicas ou modos de produção da existência humana se diversificam ao longo da história e devem ser cumpridos todos os dias e todas as horas, como afirmam Marx e Engels, simplesmente para manter os homens vivos. Afinal, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. Estamos nos referindo ao primeiro ato histórico dos homens, ou seja, a produção dos meios que permitam a satisfação das necessidades, a produção da própria vida material (MARX e ENGELS, 1986). Finalmente, o quarto aspecto, as relações de poder. Elas existentes em todos os grupos sociais e em todas as sociedades são outro componente importante da construção do território. Sabemos que onde existe uma interação entre pessoas estará presente o poder. Ele é parte constituinte das relações humanas. As relações de poder se expressam nas relações entre os membros de uma família, de um grupo social, ou mesmo de vizinhança, na comunidade, nas organizações sociais, econômicas e políticas, sendo mais amplamente visíveis nas relações e atuação da organização jurídica e política que

denominamos de município, estado ou de país. Passemos agora a refletir sobre cada um desses marcadores e indicadores da constituição de uma determinada territorialidade.

A forma de ocupação e estruturação do espaço físico

No século XVIII o Brasil ainda mantinha-se colônia de Portugal. Suas atividades econômicas eram quase totalmente orientadas e conduzidas para a metrópole. Isso ocorreu com a exploração do Pau-Brasil, do açúcar, da pecuária, do ouro, da borracha, do cacau, entre outros. No período de extração de minérios a economia concentrava-se no estado de Minas Gerais. O transporte era feito por animais, e para manter os trabalhadores escravos na exploração do ouro era fundamental o alimento, particularmente, a carne-charque que vinha do sul. É neste contexto que surge o Caminho das Tropas, começando em Viamão, Rio Grande do Sul, indo até Sorocaba, São Paulo, por onde passavam tropas e tropeiros conduzindo os animais e alimentos para atender as demandas do Ciclo do Ouro. Ao longo do Caminho das Tropas foram surgindo povoados, vilas e pequenas cidades por onde os tropeiros paravam para o descanso e o abastecimento das tropas, entre elas, a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (LOCKS,2006).

Além deste fato de natureza econômica, o Governo Colonial, precisava manter a

integridade do espaço físico conquistado. Os espanhóis ameaçavam constantemente entrar e ocupar espaço no sul pertencente a Portugal. Era preciso enviar uma expedição para assegurar estas terras, plantar uma bandeira de pertencimento, evitando qualquer obstáculo. Coube ao fazendeiro Antônio Correia Pinto de Macedo realizar esta tarefa. Em 1766 acompanhado de sua família, de um contingente de escravos e outros ajudantes, desce de São Paulo para fundar no Planalto Serrano, a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, hoje conhecida como cidade de Lages.

Ao chegar naquele lugar de destaque para o descanso e o abastecimento de tropas, Correia Pinto tratou logo de executar seu empreendimento colonial. Enfrentando índios Kaingang e Xocling, habitantes encontrados ali, logo começaram os conflitos. Um verdadeiro genocídio (eliminação física de um grupo social) e um etnocídio (eliminação da cultura) foram praticados sobre os índios para dar lugar à primeira atividade econômica na região: a criação de gado sob uma estrutura agrária latifundista.

As atividades econômicas

Através do regime vigente de sesmaria, senhores próximos e colaboradores do empreendimento de Correia Pinto, receberam do Governo Colonial, grandes fazendas para a criação de gado. Nascia daquela forma a estruturação fundiária na região, caracterizada por grandes extensões de terra, apropriadas

por poucos e grandes proprietários. Este modo de produção, isto é, esta atividade econômica iria se estender de 1766 a 1940. Paralelo às grandes fazendas que ocuparam o campo aberto com suas pastagens nativas, coexistia a pequena propriedade localizada nas barrancas de rios ou terras dobradas onde basicamente se cultivava o milho e o feijão para a subsistência, residindo aí a origem do modelo de agricultura familiar da região. Não se pode subestimar este período e esta atividade, pois é desse período grande parte da herança cultural transmitida às futuras gerações da sociedade serrana.

Somente a partir de 1940 é que a pecuária extensiva apresenta sinais de declínio e inicia o conhecido "ciclo da madeira". O Brasil, tendo no Governo Central, o presidente Getúlio Vargas, vive um processo de desenvolvimento marcado pela industrialização e urbanização. O setor da construção civil vive um momento de ascensão extraordinário. A madeira é um componente fundamental demandado nas principais cidades do país. Em Lages e região existiam verdadeiras florestas de pinheirais até então intocáveis, sendo aproveitado somente o pinhão para alimento destinado à população e aos animais.

São, principalmente, os gaúchos de origem italiana que a partir de 1940 se deslocam do Rio Grande do Sul para Lages com objetivo de explorar a atividade econômica da madeira. Serrarias se espalham por toda parte. Em pouco tempo muda a

paisagem serrana: vilas de operários se formam ao redor das serrarias; clareiras se abrem nas florestas de araucária, quando não são eliminadas totalmente. Lages passa a viver um período de euforia desenvolvimentista. A cidade cresce. Recebe o apelido carinhoso de "Princesa da Serra". Inauguram-se as primeiras salas de cinema. Implanta-se o sistema financeiro através da vinda dos primeiros bancos. Constrói-se nesse período a BR 116, facilitando as comunicações entre a região, o estado e o país. Mas, a euforia foi paralisando quando o período da exploração da madeira apresentou sinais de declínio. Ao lado da exploração predatória, não houve a preocupação com a recomposição das florestas de araucária que apresentam um ciclo longo para seu aproveitamento. As serrarias foram fechando e os trabalhadores com suas famílias, agora na condição de ex-operários da indústria madeireira da região, começavam a se deslocar para Lages ou outras cidades de Santa Catarina. Sem mais perspectiva de trabalho buscava melhores condições de vida, ou seja, trabalho na cidade, onde necessariamente iriam demandar também moradia, infra-estrutura urbana, saúde, educação e transporte. A mão de obra que a cidade apresentava não era compatível com o saber fazer daquela população. A cidade passou a viver uma crise sob vários aspectos. Calazans, citada por Peixer (2002), resume a situação de Lages no fim do Ciclo da Madeira assim:

A década de 70 iniciou de forma difícil para a cidade de Lages. Este período demarca o final do ciclo da madeira, que tinha alterado todo contexto sócio econômico, e também democrático, da região serrana de Santa Catarina. As reservas florestais tinham sido esgotadas; a maior parte das serrarias localizadas no interior do município e da própria região, haviam encerrado sua atividade, por falta de matéria-prima, as grandes indústrias madeireiras situadas no perímetro urbano, estavam em declínio de produção; os contingentes de trabalhadores, liberados das serrarias, aportavam na cidade, em busca de outros lugares de trabalho, as periferias da cidade iam se ampliando consideravelmente. No setor primário (agricultura e pecuária, as perspectivas eram reduzidas, por força de toda a estagnação que fora produzida no decorrer do período da industrialização da madeira. Na área de prestação de serviços, o sistema de manutenção mecânica e o sistema de transporte, criados para sustentar o ciclo da madeira, também entravam em colapso". (PEIXER, 2002, p.175 e 176).

A economia serrana ao longo das décadas seguintes veio sendo caracterizada por incerteza, falta de perspectivas, sobretudo, por um desnorreamento dos seus rumos futuros. Costuma-se afirmar que o modelo de desenvolvimento da serra catarinense é socialmente excludente, economicamente injusto, politicamente concentrador, ecologicamente insustentável. Hoje, o modelo

mantém velhas e novas contradições. De um lado, observa-se o desenvolvimento do comércio, da construção civil, da democratização do acesso à educação básica, da multiplicação de instituições de ensino superior públicas e privadas, diminuição do déficit habitacional, alguns avanços no atendimento à saúde e a infra-estrutura urbana. No campo multiplicam-se grupos de agricultores que fazem uma agricultura alternativa ou orgânica, progressivamente rompendo com o modelo da agricultura química. Na última década quatro assentamentos de reforma agrária se consolidaram indicando a possibilidade de uma distribuição justa da terra na região. Do ponto de vista ambiental, a região ainda oferece água de qualidade, e algumas administrações já se preocupam com o tratamento do esgoto e do lixo.

De outro lado, grande parte da população continua sem acesso a formação, tanto nas pequenas cidades que circundam Lages, quanto no município de Lages, dificultando assim, o acesso ao emprego, a segurança alimentar, e a infra-estrutura urbana.

Pode-se resumir o cenário regional hoje em três aspectos: um deserto verde constituído pela predominância da monocultura do pínus, a matéria prima para a indústria papelreira multinacional; um deserto azul formado pelos grandes lagos gerados pelo barramento dos rios da região realizado pelo consórcio de grandes empresas do aço,

cimento e ferro, cuja finalidade é a geração de energia concebida como fundamental para o desenvolvimento nacional ou o necessário "progresso"; e desertos sociais emergem no campo resultante da migração de jovens que provocam vazios demográficos, envelhecimento, masculinização da população rural e eliminação de instituições sociais locais, como por exemplo, a escola do campo.

Novas apostas são feitas na atividade do turismo, cultura da vinicultura, fruticultura, mas de modo geral, são iniciativas de famílias ou grupos econômicos que tem acesso facilitado ao crédito e financiamentos, porém, a maioria da população ainda está na condição de baixa renda ou excluídos do sistema. Grupos de dentro ou próximos do Estado são os primeiros a serem privilegiados pelas políticas públicas. A economia nunca esteve dissociada da política. Um dos problemas a ser enfrentado pelas políticas públicas promotoras de atividades de geração de trabalho e renda é a constituição de mecanismos de participação popular. Regra geral, as iniciativas de estimular vinda de uma empresa, a decisão de realizar determinado empreendimento é tomada pelos que integram a associação comercial e industrial da cidade ou do município. A população assiste e sofre as decisões tomadas pela elite econômica. Ela não encontra ou tem dificuldades de criar mecanismos de participação nas decisões de geração de trabalho e renda sem a participação do poder público.

Um campo que no Brasil vem conquistando adesão de muitos segmentos sociais, sobretudo, agrupamentos sociais excluídos do mundo do trabalho é o campo da Economia Solidária. Trata-se de outra maneira de organizar o mundo do trabalho com mudanças profundas na gestão, na participação no trabalho e na distribuição dos frutos do trabalho. Em qualquer um dos municípios da serra catarinense é possível encontrar grupos de trabalhadores — assentados, reassentados, grupos de mulheres, operários da construção civil, operários moveleiros, agricultores familiares, que trabalham sob a orientação dos princípios da economia solidária. Não resta dúvida que esta forma de organizar a economia a serviço da vida possibilita o protagonismo de grupos sociais excluídos e que podem se tornar protagonistas de sua própria emancipação como sujeitos de direitos. Evidentemente que, neste campo, também é indispensável a atuação do estado em suas três esferas viabilizando políticas públicas incentivadoras da Economia Solidária. Em síntese a construção do território da serra catarinense, do ponto de vista de suas atividades econômicas, historicamente é repleto de contradições sociais, econômicas, políticas e ambientais. Contudo, ao lado de muitos limites, suas potencialidades estão abertas para o futuro das gerações atuais e futuras.

Os cruzamentos étnicos

Nosso pressuposto é que o espaço da grande fazenda de criação de gado foi o lócus principal onde se forjou a cultura serrana. Ali se cruzaram identidades étnicas como a presença do índio, o habitante nativo, o branco paulista descendente de português, o negro na condição de escravo e o denominado caboclo que foi se multiplicando com o cruzamento do branco com o índio. A presença de descendentes de açorianos que deixaram o litoral catarinense e de espanhóis oriundos do Rio Grande do Sul através do caminho das Tropas diversificou os grupos étnicos na Serra Catarinense. Ao longo do século XIX e começo do século XX somaram-se ainda descendentes de alemães e italianos, Basta observar a constituição do povo nos municípios de Bom Retiro, Urubici, Bocaina do Sul, Celso Ramos, Anita Garibaldi, inclusive São José do Cerrito. Em meados deste último século chegaram sírio-libaneses, os primeiros mascates em Lages. Eles percorreram a maioria dos municípios ao redor da serra. Os japoneses que se espalharam por Lages, São Joaquim, Curitiba e Campo Belo do Sul. Temos aí uma diversidade de etnias, de culturas, ou modos de vida que demonstram diferentes identidades étnicas, uma grande riqueza que constitui a população da serra catarinense. O documentário da RBS/TV — Herança da Serra - (2004), ilustra bem o que estamos afirmando, ao identificar como cada etnia concebe o significado da terra, família,

trabalho, alimentação, religiosidade e sentido de pertencimento ao lugar onde nasceu e vive.

Referir-se à etnia implica em reconhecer culturas, grupos sociais diversos. De modo que, do ponto de vista étnico na serra catarinense deve-se reconhecer múltiplas identidades étnicas, ou seja, diferentes modos de viver, celebrar e classificar o mundo. Somos um conjunto social constituído por diferentes etnias. De um lado, somos o povo serrano, mas um povo que se expressa culturalmente de diferentes maneiras, no jeito de viver, no sotaque, na vestimenta, na culinária, nas maneiras de se relacionar, no ritmo de vida, no pensar o sentido do trabalho, na religiosidade. Nesta perspectiva, somos uno enquanto constituímos o povo serrano, mas somos diversos quando consideramos os diferentes gêneros culturais. Portanto, em vez de se afirmar a homogeneidade da cultura, o que predomina é diversidade cultural.

Já não é possível pensar da mesma forma quando nos referimos aos critérios das condições sócio-econômicas. Em vez da diferença, aqui temos que pensar no valor da igualdade. Diante dos índices de desenvolvimento humano, vemos uma sociedade demarcada pela desigualdade social. Ou seja, a distribuição da renda, as oportunidades de emancipação dos sujeitos, o acesso aos bens necessários à vida de qualidade social, são problemas estruturais que desafiam uma sociedade que ainda sonha com a democracia social, política, econômica

e cultural. Então, se de um lado, aplaudimos a diferença cultural, de outro, haveremos todos de combater a desigualdade social. Políticas de transferência de renda e políticas de resgates de dívidas sociais, econômicas e culturais devem ser saudadas como bem vindas no empoderamento de segmentos sociais que querem ver suas dívidas históricas resgatadas. Mulheres, afro-descendentes, caboclos, agricultores familiares, trabalhadores informais, são exemplos de agrupamentos sociais credores das políticas e ações a serem implementadas pelo Estado com a participação e o controle da sociedade.

As relações de poder

As relações de proprietários de grande extensões de terra e de gado e a força de trabalho de não proprietários, definiram logo a sociedade de classe na serra catarinense. O modo de estruturar a família e a hierarquia social também emergiu do espaço da fazenda. Conhecemos deste período o modelo de família extensa feita por laços de parentesco, mas ampliada por trabalhadores peões, agregados ocupados com a rotina de trabalho na fazenda. Neste ambiente o poder está concentrado nos proprietários de terra e gado. Os demais trabalhadores da fazenda ou não, vivem uma relação de dominação/submissão. A este tipo de poder chamamos de mandonismo local. O dono de terra e de gado, também é "dono" de gente. Nesse ambiente desenvolve outra relação social, política e econômica denominada de coronelismo. Um

fazendeiro vai se tornar coronel quando, tendo já o domínio político em sua localidade, candidata-se numa determinada eleição, vence e torna-se prefeito, deputado ou governador.

O poder que ele detinha ou detém tem origem na propriedade da terra e do gado, agora se reveste da força do voto. Deste modo, combinam-se dois poderes: o poder advindo da terra e o poder da representação sustentada pelo voto. Espaços privado e público são as duas caras do poder em uma mesma moeda — o coronelismo. Para cimentar e dar continuidade a esta relação, eleitos e eleitores passam a viver uma relação denominada pelo clientelismo. Ou seja, o coronel eleito mantém sua clientela, diga-se, eleitores, amarrados pela instituição do favor. Facilmente o público é confundido pelo privado. Os eleitores vivem das benesses, dos favores, dos auxílios, doações feitas pelos políticos eleitos. Outra instituição social e religiosa que dá consistência para estas relações de poder é o sistema do compadrio. Ele cria laços, institui o social, atravessa e horizontaliza as relações de proprietários e não proprietários. Cria uma solidariedade e estabelece alianças entre políticos profissionais e sua base social; desenvolve um sentimento de fidelidade e confiança entre e intra-classes. Observando esta estrutura social, política e econômica é que podemos compreender a persistência do espaço da grande fazenda de criação de gado, por mais de dois séculos, contribuindo fortemente para

a construção da identidade do território da serra catarinense. É compreensível que este sistema se espalhou de Lages para outros lugares, expressando-se em pequenas cidades e municípios da região.

Torna-se importante destacar que estas relações de poder ainda persistem hoje entre muitos segmentos sociais da serra catarinense. Isto pode ser observado desde o espaço doméstico nas relações familiares, na prática de uma liderança na comunidade, no comportamento de um presidente de associação de moradores, nas atitudes de um político ou atrás do balcão de um órgão público, e outras tantas relações sociais.

3. TERRA DE CORONÉIS, PRINCESA DA SERRA, CIDADES DE ESPOLIADOS E A TERRITORIALIDADE QUE QUEREMOS!

O subtítulo acima tem a intenção de provocar e revelar as contradições sociais, econômicas e políticas que permanecem na história de construção da territorialidade da serra catarinense. Mas, também pretende lançar um olhar para o futuro.

Sim, quase dois séculos e meio a sociedade serrana foi presidida pela cultura de fazenda (LOCKS,1998). Foi este o lócus de onde se constituíram as etnias fundantes, se engendraram relações sociais, formas de poder e as condições sócio-econômicas de grande parte da população serrana. "Terra de coronéis" porque foi a terra de onde emanou o poder político e econômico da serra por longo período, fundado em relações de

dominação/submissão. Costuma-se encontrar na literatura sobre o mando na serra que fazendeiro foi "dono de terra, gado e gente".

Este fenômeno externalizou-se nas relações familiares, de vizinhança, no mundo do trabalho, no sistema de compadrio e nas formas de exercer o poder político em âmbito do local, regional, estadual e nacional.

"Princesa da Serra" sintetiza o período da euforia desenvolvimentista (1940-1970) em que as aparências apontavam para o desenvolvimento da região, quando na verdade traduziu um crescimento econômico concentrador e excludente. O segmento social que mais ganhou, mas nunca distribuiu equitativamente os resultados do trabalho, na sua grande maioria, não permaneceu em Lages ou na região. Na década de 1970 já era identificado o outro lado do modelo implementado: empobrecimento, êxodo, aumento das franjas das pequenas cidades, com especial concentração de população pobre na cidade de Lages, designada de "cidade dos espoliados" (PEIXER,2002).

Neste cenário ficou conhecido nacionalmente uma prática de governo com municipal que se diferenciou da maioria absoluta dos municípios brasileiros que sobreviviam no contexto do regime ditatorial (1964-1984). Importante destacar, sem entrar nos detalhes deste período denominado de "A Força do Povo" que o povo serrano historicamente já demonstrou sua potencialidade e capacidade de engajar-se em práticas políticas participativas e de projetos

de sociedade que privilegiam a defesa e o exercício dos direitos da cidadania.

E o futuro? Compreendendo que o ser humano é produto e produtor da história, dentro das condições dadas hoje, o futuro também está nas mãos dos homens e mulheres que hoje vivem e produzem sua existência na serra catarinense. Apontamos aqui, entre tantas possibilidades, duas políticas públicas que poderão proporcionar melhores condições de vida para a população que hoje encontra-se em situação de vulnerabilidade: a) amparado na legislação do MEC/SECAD, fazer valer a Educação do Campo possibilitando acesso universal e de qualidade da educação do campo até o ensino médio profissionalizante, explorando suas diferentes modalidades. De modo geral, em termos de educação é fundamental continuar investindo na oferta de cursos de nível médio profissionalizante sem se fixar na empregabilidade, mas no empreendedorismo social; continuar ampliando o acesso às instituições de ensino superior, mas que alie ensino, pesquisa e extensão. b) implementar a Economia Solidária como política pública sob responsabilidade do Estado em todas as suas esferas. Os princípios que orientam esta forma de fazer economia tem condições de fazer com que os indivíduos possam se constituir em sujeitos de sua própria emancipação social, econômica e política.

Grandes projetos, implantação de grandes empresas, já mostraram que o benefício social tem endereço curto,

privilegiando empresários e um número diminuto de trabalhadores cuja mão de obra exigida é super especializada. Regra geral, estes projetos ou grandes empresas são decididos por associações de empresários que em nome do desenvolvimento regional miram seus objetivos empresariais. Por último, é preciso reiterar que desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, mas nele deve estar contido um projeto social, onde ganham as gerações presentes e futuras, é nesta perspectiva que deve ser pensado e planejado o atual desenvolvimento da territorialidade da Serra Catarinense.

REFERÊNCIAS

- DA MATTA, Roberto. "Você tem cultura?". In: **Explorações: Ensaios de Sociologia Interpretativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002
- LÓCKS, Geraldo Augusto et al. **Caminho das Tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina**. Lages: Editora Uniplac, 2006.
- LÓCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos Agricultores Familiares de São José do Cerrito, SC**. Dissertação de Mestrado. UFSC/PPGAS. 1998.
- MARX K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: Editora Uniplac, 2002.



Relatos de Experiências

“QUEM AMA NUNCA MORRE, APENAS PARTEM ANTES DE NÓS”

Irmã Irides Lucia Guadagnin⁹

Boa noite a cada um/uma de vocês.

Minha saudação de Paz e Bem!¹⁰

Agradeço o convite, feito para estar aqui nesta noite. É sempre bom e salutar, retornar a nossa Uniplac. Devo dizer que estar aqui hoje, se constitui numa tarefa nada fácil. Fazer memória agradecida, da trajetória do Geraldo, o amigo, irmão de caminhada, professor e militante social, nos desafia grandemente. Nos remete a muitas vivências, muitos aprendizados, e a saudade, desse ser especial, o Geraldo, bate nossos corpos. Mas a vida segue.

Geraldo alçou um voo sem retorno. Mas Geraldo é história.

Para falar da trajetória de “andarilhagens” do querido Geraldo, eu preciso antes, situar meu lugar de fala. Falo a partir de minha origem de mulher camponesa, mulher religiosa Francisclariana, bem como de militante e aluna do Geraldo.

Conheci Geraldo no início do ano 1979, quando exercia o ministério, ordenado como padre na diocese Lages. Gera, como era carinhosamente chamado pelas pessoas mais próximas. Geraldo de imediato, nos inspira, e provoca para alçar outros voos, tanto no campo da evangelização, como no da organização social.

Eu me referencio, no grande Mestre e educador Paulo Freire, no qual o Geraldo fundamentou sua trajetória de Professor e Educador Popular. “Não se pode falar de Educação sem amor”. “O educador se eterniza em cada ser que ele educa”. E, “Temos que saber o que fomos, para saber o que queremos ser”. Geraldo primava por esse cuidado humanizador, de quem sabe que é

⁹ Irmã Franciscana. Mestre em Educação.

¹⁰ Palestra/depoimento realizado no I Seminário Regional de Educação e Desenvolvimento Territorial. Lages, Uniplac. 17/10/2023.

diferente, que ocupa um lugar privilegiado. Mas nunca o vi, colocar-se como melhor, ou acima de outro alguém.

Ouso dizer que a passagem de Geraldo por essa terra trouxe um marco histórico que fez a diferença. Foi uma trajetória profundamente marcada pelo amor de já ser um, e permanentemente se fazer aprendiz.

Um apaixonado pela busca de conhecimento, por conhecer, pessoas, suas histórias, contextos, os territórios, de inserção social. Estudou, investigou, pesquisou, problematizou, escreveu, nos instigou a juntas/os pensarmos sobre a vida, o modo de viver, de se organizar, enfim o modo peculiar de Ser do povo serrano, o povo caboclo. Geraldo fez de sua profissão no ensino, na educação formal ou popular, uma forma de Ser e estar no mundo. Uma forma de fazer outra roda, outra forma de a história girar.

Com a contribuição do Geraldo, a nossa região pode dar início a um processo imenso de mudanças (me atrevo a dizer de uma Mudança Civilizatória). Sua vida de líder na igreja, na academia, e no meio popular, provocaram/possibilitaram uma metamorfose nos processos que vinham sendo feitos. Sim, porque com Geraldo, tivemos a oportunidade de uma mudança de visão de mundo, no modo de olhar as pessoas e a realidade. Ele nos ajudou a uma transformação dos modelos de consciência (foi alargada). Tivemos uma transformação na forma de se comportar, de agir. Geraldo foi um acendedor de Utopias,

Sonhos, de Esperanças. Pelo seu agir, sua prática na educação libertadora, sonhos foram realizados, utopias se tornaram Topias, e a Esperança moveu o caminhar. Abriram-se janelas, portas, mentes e corações. Geraldo apostou na utopia de imaginar outro mundo possível, outra região serrana possível, porque foi o educador que teve sempre muita clareza de sua consciência de classe e do compromisso social.

Quem se faz companheiro de caminhada, aposta na ousadia, aposta nas pessoas que estão nessa trajetória caminhante coletiva. Acende luzes, ilumina caminhos, ajuda a indicar que no horizonte há outras Vidas, com tecituras diferentes a serem conhecidas, amadas e respeitadas, valorizadas e protagonizadas.

E foi essa a marca forte em sua vida e missão. Geraldo, foi exemplar intelectual, mas soube assumir seu lugar de intelectual orgânico. Intelectual, educador que não teve medo de mostrar seu afeto, seu amor às pessoas. Apaixonado pelo conhecimento, estudou, estudou, e pôs a serviço da coletividade sua qualificação.

Qualificou-se, e como padre assumiu com determinação a Teologia da Libertação pondo em prática as decisões do Vaticano II. O Concílio afirma que a Igreja é povo de Deus a caminho. Esse modo de fazer teologia que une a Fé e Vida, que não separa espírito do corpo. Teologia que compreende a divindade presente e agindo na vida e história das

pessoas, situadas no seu contexto, em seu território. Bons tempos esses.

Por causa dessa compreensão desse Deus e da Igreja, que cuida das vidas reais, não das almas, levou Geraldo a envolver-se com todo seu potencial, nas questões sociais, da região. Com seu jeito humano de ser, de acolher, de questionar e propor, Geraldo tinha o dom de cativar as pessoas. De as aproximar, de criar gosto para entrarem na roda, e fazer a trajetória juntas.

Pensemos agora em nossa região serrana. Ela tem sua especificidade cabocla, até então, podemos dizer quase que ignorada. Geraldo com seu potencial de pesquisador, antropólogo, chama atenção para a cortina de fumaça, que envolve a região. Aqui também a ocupação/colonização europeia deitou raízes, e ofusca a vida, a cultura, os saberes, a história do povo caboclo, assim como do povo originário Kaingang e Xokleng.

Geraldo, ao pesquisar a região, confirma que essa cultura branca, eivada do patriarcado, coronelismo, machismo, racismo, clericalismo, dominou esse chão. O que fez? Chama para outro modo de pensar e agir. Foi um exímio articulador. Articulou pessoas e projetos, conectados com a perspectiva acadêmica, eclesial e social. Se faz um junto com a gente, escuta, observa, reflete, analisa, propõe. Foi desse envolvimento que na região foram gestados e nasceram vários Movimento Sociais. Como intelectual orgânico, escreveu

novas páginas nesse território. Páginas de superação das invisibilidades e exclusões. Destaco a dedicação e ternura no trabalho junto ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Esse ano o movimento completa 40 anos.

O MMC carrega muitas marcas, dentre elas destaco as do Geraldo. E não tenho como deixar de trazer a pessoa e o envolvimento da nossa querida Ir. Jandira Bettoni, de saudosa memória. E lá se foram 7 anos de aprendizados no chão do Karú/ Cerrito¹¹, que foi uma espécie de laboratório para outros Movimentos Sociais Populares.

Em um dos seus textos publicados encontramos: “As mulheres na região serrana, estão subsumidas nos trabalhos das casas”. Ficam sob o domínio do patrão, do marido, e dos filhos homens. Essas criaturas antes desse movimento sequer existiam publicamente.

E o caminho se fez. Como disse, nesse bojo de novos caminhos, na década de 80, a região serrana, articulada pelo Vianey, e Geraldo foi da equipe, articula e ajuda fazer acontecer outro processo. O da mobilização popular, da qual tivemos a criação dos vários Movimentos Sociais: MMA, CRAB, MST, CPT, Oposições Sindicais dentre outros. Quantas rodas de conversa, romarias, concentrações, mobilizações sociais, choros, festas. E as

¹¹ NE - referência ao município de São José do Cerrito (SC)

mudanças nas relações sociais, eclesiais, econômicas e políticas, se fizeram possíveis.

Geraldo foi um notável EDUCADOR POPULAR, encharcado na pedagogia de Paulo Freire. Ele, Geraldo, amava as pessoas, amava o mundo, amava a região, e por isso seu compromisso com a Justiça Social, a luta pela superação de todas as formas de violências, discriminações, e de invisibilidades, foi decisiva. Geraldo visitou o amanhã, e por um profundo engajamento teórico e prático, ousou acreditar no protagonismo, na capacidade das pessoas tornarem-se sujeitas de suas vidas.

Geraldo ajudava as pessoas a acreditar que eram capazes, que para aprender e mudar não há limites. Que sonhos podem ser realizados. Que ninguém é melhor que ninguém, que coletivamente, em “pixurum” podemos mudar a realidade discriminatória, opressiva e injusta que nos cerca.

GRATIDÃO GERALDO por haver nos ensinado tanto. Por tudo e para sempre eterna, e terna gratidão! Mesmo estando em outra dimensão de vida, continue a nos amar, a olhar por nós aqui, que ainda seguimos nossa trajetória, nossas andarilhagens pela região serrana, tão querida e amada por ti. GRATIDÃO!

Que mais, e mais “Geraldos” possam caminhar conosco. Geraldo Presente na caminhada!

Geraldo Presente, presente, presente!

Envie suas contribuições para as próximas edições!

e-mail: ram.cbs@contato.ufsc.br

ou pela plataforma <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/am>



Ambientes
em *Movimento*